

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

ILCA MARIA DIAS SOUZA

**PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL- PNAES:DISPUTA
ENTRE ASSISTENCIALIZAÇÃO E PERMANÊNCIA**

Rio de Janeiro
2015

ILCA MARIA DIAS SOUZA

**PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL- PNAES: DISPUTA
ENTRE ASSISTENCIALIZAÇÃO E PERMANÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Serviço Social
da Universidade Federal do Rio de Janeiro
como parte dos requisitos necessários à
obtenção do grau de bacharel em Serviço
Social.

Orientadora: Mavi Pacheco Rodrigues
(ESS/UFRJ)

Rio de Janeiro
2015

AUTORIZAÇÃO

BANCA EXAMINADORA

ORIENTADORA: MAVI PACHECO RODRIGUES

MIRIAM A. KREZINGER GUINDANI

LUIS ACOSTA

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, que nasceu na luta e permanece nela! Uma das pessoas mais batalhadoras que eu conheço. Obrigada pela generosidade, compreensão e amor!

Gratidão às e aos trabalhadores terceirizados, desde os motoristas, o jardineiro (Sr. Carlos), chegando ao pessoal do café que passou pelo Alojamento durante esse meu ciclo na graduação. Todas e todos foram extremamente importantes para suportar a distância de casa e foram imprescindíveis em todas as lutas travadas por melhorias na qualidade de vida de todos ali no Alojamento. Grata a todas as pessoas que trabalharam na administração do Alojamento e que apoiaram todas as nossas mobilizações pela permanência estudantil, Sheila Imamura e o pessoal da manutenção parceria imprescindível do cotidiano ali.

À Mavi Rodrigues por aceitar orientar esse trabalho e que, na função do ensino em Serviço Social, foi uma das professoras mais importantes na minha formação. Muito obrigada por toda a sua generosidade!

À Miriam A. Krenzinger Guindani por todas as palavras que muitas vezes mandou para longe a minha insegurança. Professora muito importante na minha formação profissional e humana. Sempre acolhedora e companheira!

Ao professor Luis E. Acosta, de quem não tive a oportunidade de ser aluna, mas que admiro pela seriedade na atividade militante em defesa da categoria docente e da Universidade Pública. Gratidão por aceitar examinar minha monografia!

À galera do Alojamento UFRJ por termos compartilhado prato de comida, dias sem água e sem energia elétrica, anos difíceis das nossas vidas. Mas também muito afeto, cuidado, companheirismo, banhos de mangueira, fins de semana, tudo o que

uma família pode compartilhar. Minhas irmãs e irmãos na luta pela sobrevivência, que me ajudaram muito a refletir sobre permanência dos estudantes pobres na Universidade Pública.

Ao Coletivo Negro Carolina de Jesus UFRJ, por ter me mostrado que ainda há muito que aprender nessa luta e a importantíssima necessidade de racializar sempre o debate. Coletivo do qual espero jamais me separar! É uma honra fazer parte dessa família preta, rica, cheia de amor e cuidado mútuo!

Por fim, gratidão aos Técnicos em Assuntos Educacionais da Escola de Serviço Social e todas as (os) docentes que contribuíram para que tudo não fosse tão desgastante quanto poderia ser. Obrigada pelo zelo e cuidado com que me trataram durante esses anos!

EPIÍGRAFE

Aos meus filhos Danone

Aos filhos dos outros a fome

Aos meus filhos compaixão

Aos filhos dos outros o lixo

Aos meus filhos amor

Aos filhos dos outros a dor

Aos meus filhos a ceia

Aos filhos dos outros cadeia

Aos meus filhos beleza

Aos filhos dos outros pobreza

Aos meus filhos a sorte

Aos filhos dos outros a morte

Aos meus filhos faculdade

Aos filhos dos outros dificuldade

Aos meus filhos educação

Aos filhos dos outros execução

Aos meus filhos proteção

Aos filhos dos outros prostituição

Aos meus filhos meritocracia

Aos filhos dos outros, burocracia

Aos meus filhos herança

Aos filhos dos outros cobrança

Aos meus filhos comoção e justiça paternal

Aos filhos dos "outros", redução da maioridade penal

MAURICIO RUFINO

RESUMO

O presente trabalho tem a intenção de apresentar uma análise sobre a política de Assistência Estudantil no Brasil por meio de análise histórica e política do modo de produção capitalista e o desenvolvimento de suas estratégias, que explicam as relações com o mundo do trabalho em tempo de crise neoliberal. O recorte priorizado foram as “reformas” universitárias e a demanda colocada para a Assistência Estudantil nos anos 2000 através da disputa entre assistencialização, demanda do Estado capitalista; e permanência, demanda dos estudantes. Para tanto, traremos na introdução um resumo sobre o modo de produção capitalista, as respostas dadas pelo capitalismo às suas crises e discutiremos a perspectiva do Estado no capitalismo neoliberal, sua contrarreforma; a contrarreforma na seguridade social brasileira de 1990 e 2000; bem como a contrarreforma universitária. Por fim, analisaremos os avanços e limites do Programa Nacional de Assistência Estudantil decretado em Julho de 2010.

Palavras-chave: neoliberalismo, programa nacional de assistência estudantil, permanência, assistencialização.

LISTA DE SIGLAS

BM	Banco Mundial
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
DAE	Departamento de Assistência Estudantil
DACE	Direção de Assuntos Comunitários e Estudantis
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
DRU	Desvinculação de Receitas da União
EAD	Educação à Distância
ENADE	Exame Nacional de Desempenho do Estudante
ENCE	Encontro Nacional de Casa de Estudantes
ENEM	Exame Nacional de Ensino Médio
EUA	Estados Unidos da América
FEF	Fundo de Estabilização Fiscal
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
FSE	Fundo Social Emergencial
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MEC	Ministério da Educação
MPC	Modo de Produção Capitalista

OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PPA	Plano Pluri Anual
PIDESC	Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PROAES	Pró Reitoria de Assuntos Estudantis
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
PT	Partido dos Trabalhadores
REUNI	Reestruturação Universitária
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNI RIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificado
SUPEREST	Superintendência Geral de Políticas Estudantis
USAID	United States Agency for International Development

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	3
RESUMO	6
LISTA DE SIGLAS.....	7
INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I.....	11
1 Queda da taxa de lucro, crise do modo de produção capitalista e neoliberalismo	11
1.1 Lei tendencial da queda da taxa média de lucro e crises do Modo de Produção Capitalista	14
1.1.1 O fim da era de ouro e as respostas do capital para a sua crise	21
CAPÍTULO II.....	38
2 O ataque neoliberal às políticas sociais no Brasil	38
2.1 Uma só Era neoliberal, dois governos: de FHC a Lula/Dilma.	39
2.1.1 Seguridade Social nos governos neoliberais do PT: Assistencialização da proteção social pública. 50	
CAPÍTULO III	71
3 Assistência estudantil na educação superior brasileira	71
3.1 Antecedentes da política Nacional de Assistência Estudantil.....	71
3.1.1 O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES – nas Universidades Federais do Rio de Janeiro: avaliação provisória	84
CONSIDERAÇÕES.....	101
REFERÊNCIAS	108
SÍTIOS CONSULTADOS	113

INTRODUÇÃO

O trabalho a seguir foi motivado pela minha vivência no Alojamento Estudantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – enquanto cursava a graduação. No Alojamento pude vivenciar situações limites como, mais de uma vez ao ano ficarmos sem energia elétrica por dois ou três dias, bem como sem água. Trata-se de um território marcado por expressões do intenso sucateamento e imperativo abandono de mais de 40 anos. O espaço se constitui de dois prédios construídos entre a década de 1960 e 1972 para abrigar estudantes socioeconomicamente desprivilegiados do ensino superior federal. Juntos, os dois prédios comportam 504 quartos, um deles está desativado desde junho de 2012. Como estudante tardia, entrei na Universidade aos 29 anos, pude perceber o quão se invertem valores ao tratar-se de estudantes pobres e negros, maioria no Alojamento Estudantil quando se trata de condições para permanência. São memórias que marcam o lugar de estudante pobre numa universidade pública que não nos quer pensando as relações para com o espaço em que nos reproduzimos.

Além de ser usuária da política de assistência, as políticas sociais marcam território de minha formação profissional, de modo que resolvi realizar esse trabalho para compreender melhor o fenômeno da assistência que é administrada nas Universidades Federais. Contudo, como usuária me interessava ainda mais apreender com maior qualificação o próprio espaço em que morava. Esse trabalho foi realizado através de revisão bibliográfica e análise documental. Nesse sentido trata-se de um primeiro momento de aproximação sistematizada e com orientação científica para com a política de Assistência Estudantil.

Para compreender o fenômeno do sucateamento e seu acirramento nos últimos anos, em momento da expansão universitária, foi necessário realizar uma revisão bibliográfica para apreender historicamente tal fenômeno de ininterrupta construção estratégica do Modo de Produção Capitalista – MPC – de tentativa mais exploração da força de trabalho. Além disso, se buscou analisar as ações previstas em documentos dos organismos internacionais acerca das políticas sociais dos países de economia periférica. Apreendeu-se, então, que não só no espaço da política de assistência social se conformara a estratégia de assistencialização, mas também já na década de 1990 o Brasil, como outros países da periferia, sofreram o mesmo fenômeno em sua previdência e saúde públicas, as políticas que compõem o tripé da Seguridade Social. Desse modo houve um intenso processo de contrarreforma do Estado e veio se espalhar para a educação superior.

No capítulo 1 discorremos sobre a trajetória do modo de produção capitalista e sua crise na década de 1970 nos países centrais, quando se exaure “os trinta anos gloriosos” ou a “Era de Ouro” do MPC, passando pelo neoliberalismo e suas estratégias de tentativa de reversão da crise com o modelo flexível de acumulação do capital.

No capítulo 2 abordamos o desmonte e a privatização da política de Seguridade Social, bem como a expansão degradada da Assistência Social, pautada em exclusiva assistencialização e também sinalizamos tal fenômeno incorrendo na Universidade Pública, além de intensa privatização dos cursos *lato sensu*. A intensa privatização das estatais, a mercantilização e privatização das políticas sociais são medidas neoliberais que antecipam os amargos mecanismos da redução do Estado para com as necessidades sociais no Brasil. Trata-se de medidas de inflexão dos direitos sociais atingindo conquistas da recém Constituição Federal de 1988. A privatização e

mercantilização das políticas sociais são reproduzidas também na educação superior, mais intensamente nos anos 2000. Numa mão ocorre a intensa privatização e vasta mercantilização, na outra ocorre uma expansão degradada da universidade pública como veremos no último tópico do capítulo 2.

Além de desmonte dessas políticas, na mesma via, os “donos do mundo” forçaram uma desregulamentação e flexibilizaram o processo produtivo, de modo que as fronteiras comerciais e financeiras passaram a garantir nova ordem de acumulação gerando desigualdades entres os países centrais e periféricos, que segue cada vez maior. A riqueza cada vez mais concentrada nas mãos de menos capitalistas; os indicadores sociais são os mais perversos da história da humanidade. Fazemos alerta à retirada de extensas quantias do fundo público para o capital financeiro, retiradas através de uma peça orçamentária prevista em lei e que orienta que os saques sejam feito das contribuições sociais e não tenha direcionamento declarado, mas que o cabo autores como Salvador (2010 e 2012), Mota (2008 e 2010) apontam em suas análises serem saques direcionados para o Superávit primário, reserva de quantias para serem gastos com dívida pública interna e externa, além de intenso ajuste fiscal entre 2009 e 2014.

Analizamos também os dados e indicadores disponíveis no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP –, que concentram os censos da educação superior, para apresentamos a situação da ampliação da educação mercantilizada num crescimento dantesco, que saem de 280 Instituições privadas em 2006 para 2025 em 2013. E também para observamos os quantitativos da reestruturação da universidade pública, que recebe a partir de 2007

milhares de jovens oriundos de camadas pauperizadas da classe trabalhadora com o ENEM/SISU. Portanto, é aí que se encontra o fenômeno final de nosso trabalho.

No capítulo 3 analisamos o relatório do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das Universidades Federais brasileiras, a construção da política de assistência estudantil ao longo da história da mesma e os atuais índices de crescimento do número de matrículas da educação superior, bem como no período da ditadura empresarial militar, que deu início à expansão da educação do setor privado e a reestruturação das universidades federais. Analisaremos o paradigma contido na política de assistência social refletido na política de educação e no Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES – uma estratégia que visa dar funcionalidade ao projeto de reestruturação e expansão precarizada que comprimiu e comprime na universidade fenômenos a serem longamente ainda pesquisados e debatidos.

CAPÍTULO I

1 QUEDA DA TAXA DE LUCRO, CRISE DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E NEOLIBERALISMO

O presente capítulo objetiva abordar o neoliberalismo como um dos componentes da estratégia global usada pelo grande capital (capital monopolista) para deter ou, até mesmo, reverter a queda da taxa média de lucro que reaparece no cenário mundial na segunda metade dos anos 1970, quando chega ao fim a onda longa e expansiva do Modo de Produção Capitalista - MPC. Ademais, embora seja necessário explicar como o neoliberalismo foi se modificando desde esse período até os anos 2000, este capítulo busca demonstrar que as crises não são uma anomalia no MPC, nem mesmo podem ser resolvidas no interior desse modo de produção. Por fim, para acentuar o quanto as crises constituem parte da dinâmica do MPC, intentaremos tratar da relação estreita existente entre a queda da taxa média de lucro e as crises do MPC.

Esse modelo de acumulação e gestão estatal (o neoliberalismo) objetiva garantir ao grande capital a maior liberdade possível de movimento. Suas principais estratégias estão associadas a uma redefinição profunda do papel do Estado, são estratégias que primam intervir nas formas de proteção social e desarticular o poder sindical.

Para apreender esta estratégia de acumulação e enfrentamento às crises, entretanto, é imprescindível apreender que o sentido específico da ação capitalista, conforme aponta Netto e Braz (2008), é produzir mercadorias para, a partir do dinheiro, conseguir mais dinheiro. Assim, o capitalismo se assenta na exploração da força de trabalho diferindo da produção mercantil simples, embora ambos tenham a mesma motivação—o lucro. Na produção mercantil simples, modificada suas condições

originárias, o comerciante intermedia a relação de troca das mercadorias e seu lucro é resultado de comprar mais barato para vender mais caro. O comerciante alcança seu objetivo vendendo um produto finalizado que não teve concretamente um custo de produção. Não há ainda a existência da força de trabalho assalariada, livre dos meios de produção e subsistência. Já na produção mercantil capitalista, o lucro advém da produção de mercadoria assentada na exploração da força de trabalho livre e se denomina mais-valia. Isto é, no MPC o lucro é criado na produção, que precisa ser continuamente controlada pelo capitalista, e é realizado na esfera da circulação. A reprodução ampliada do MPC exige, portanto, a presença de grupos distintos de capitalistas, como explicaremos mais adiante, e a taxa de lucro é sua força motriz.

Para isso, “o capitalista compra a força de trabalho pelo seu valor de troca e se apropria de todo o seu valor de uso” (NETTO e BRAZ, 2008: p.100), isto é, a força de trabalho é a única mercadoria que, quando posta em ação, cria um valor que excede seu valor de troca. O capitalista paga para a força de trabalho o salário correspondente ao seu valor de troca e se apropria do valor excedente criado pelo trabalhador. De modo que:

No caso do trabalhador assalariado, o excedente lhe é extraído sem o recurso à violência extra econômica; o contrato de trabalho implica que o produto do trabalhador pertença ao capitalista. E a falsa noção de que o salário remunera todo o seu trabalho é reforçado (para além da ideologia patrocinada pelo capitalista, segundo a qual “o salário é o pagamento do trabalho”) pelo fato de a jornada de trabalho ser contínua e de ele trabalhar com meios de produção que não lhe pertencem e num espaço físico que também é de propriedade do capitalista. (NETTO e BRAZ, 2008, p.107)

O ritmo do processo produtivo dependerá da composição orgânica do capital, ou seja, além da força de trabalho (capital variável), existe o aparato tecnológico (capital constante). O ritmo da produção é um dos meios para aumentar a mais valia (tanto

absoluta quando a relativa). Sendo assim, o ritmo desse processo de produção é determinado por essa composição, e o tempo de produção vai determinar o trabalho excedente (trabalho a mais, não incluído no salário). É fundamental observar que o aumento da composição orgânica é consequência da competição entre os capitalistas. Nessa competição, recebe maior vantagem aquele que incorpora inovações tecnológicas. A elevação da composição orgânica do capital leva à formação do grande capital (monopólio via concentração e centralização dos capitais).

Apesar das estratégias implementadas pelo capitalista no ciclo da busca pelo lucro, este só se realiza quando as novas mercadorias produzidas são vendidas, ou seja, trocadas por dinheiro. Esses movimentos que ocorrem tanto na esfera da produção como na da circulação constituem a rotação do capital, que quanto menor, maiores as chances de acumulação para o capitalista. É fácil pensar que assim a acumulação aparece como a razão indispensável da produção e não se firma sem a exploração da força do trabalho. Essa exploração é, então, a todo instante avaliada e monitorada, para que seja aperfeiçoada na busca pela obtenção de maiores taxas de lucro.

Trata-se de uma corrida pela alta lucratividade que cada capitalista saca como estratégia para alcançar diferencial tecnológico frente a outro capitalista, mas poderá se sustentar por longo prazo tornando impossível garantir a permanência da vantagem desse sobre aquele capitalista, uma vez que todos alcançam a tecnologia disponível. Essencialmente, o uso dessas novas tecnologias na dinâmica pelo aumento da margem de lucro, ao dispensar força de trabalho humano, contraditoriamente, dará origem à lei tendencial da queda da taxa média de lucro, criará seus próprios obstáculos, conforme elucidaremos a seguir.

1.1 Lei tendencial da queda da taxa média de lucro e crises do Modo de Produção Capitalista

Tentamos introduzir no tópico anterior que o movimento de expansão do capital é identificado pelo crescente incremento da composição orgânica desse sistema, bem como o alcance diferencial de lucratividade entre um capitalista e outro. Apontamos aquilo que se resume como movimento de rotação do capital, mas o movimento do capital não se reduz a isso, há meandros em suas engrenagens que exigem explicitações mais e melhor esmiuçadas. Na dinâmica capitalista a busca incessante pela redução do tempo de rotação do capital para manter suas necessidades atendidas, ou seja, o aumento da lucratividade, essas necessidades não podem ser efetivadas apenas por uma espécie de capitalista—o financeiro, por exemplo. Posto isso, entendemos, que, para o mínimo sucesso da exposição sobre a dinâmica da economia mundial, suas crises e estratégias para retomada do seu crescimento, faz-se necessário abordar primariamente a estrutura orgânica do capital e, nisto a sua tendência à crise é irrefutável.

Netto e Braz (2008) apontam que o capital, para ser efetivado em todo o seu ciclo, tem salvaguardo a repartição da mais-valia gerada na produção “sob forma de lucros entre industriais, banqueiros e comerciantes”. (Netto e Braz, 2008: p. 143). Sendo assim, é impossível ao industrial, aquele do processo produtivo, dar cabo de todo o ciclo das atividades exigidas pelo capital. Os capitalistas, então, em suas funções distintas, são responsáveis em efetivar cada um uma parte do ciclo: “o industrial em produzir as mercadorias, o comerciante em fazê-las circular e o banqueiro em concentrar o capital monetário para poder disponibilizá-lo”. (Netto e Braz, 2008 apud

Nikitin, s.d.: p. 105). Nesse ciclo a repartição da maior parcela da mais-valia é disputada entre eles, e nessa disputa os capitalistas entrarão em concorrência.

Não apenas entre esses três grupos, mas ainda entre os componentes de cada grupo (industriais com industriais, banqueiros com banqueiros, comerciantes com comerciantes). A natureza dessa concorrência transforma-se com o aparecimento dos monopólios; entretanto, qualquer que seja a sua natureza, a concorrência é um componente da dinâmica do MPC: não existe capitalismo sem ela (NETTO e BRAZ, 2008, p.144).

Dentro dessa concorrência, a obrigação de cada capitalista de incorporar as inovações acaba por comprometer o crescimento da taxa média de lucro, dessa forma o movimento total do capital engendra a tendência ao nivelamento da taxa média de lucro pela sua natural dinâmica. Nesse sentido, o mercado penaliza algumas das empresas, fazendo com que sua mercadoria não chegue a circular tão rapidamente quanto às que atingem menor tempo de produção, menor custo e menor preço. Cada capitalista procura continuamente maximizar seus lucros. Sua ambição permanente, o que o move é a busca de lucros acima da média. Para realizar esse fim cada capitalista é obrigado a incorporar na produção mercantil inovações tecnológicas que lhe dá a vantagem de vender suas mercadorias no mercado por um preço acima do seu valor de troca. Ou seja, ao capitalista inovador, a inovação tecnológica lhe permite, na concorrência com os outros capitalistas que não dispõem desse novo método, reduzir os custos de produção e venda sua mercadoria pelo preço de mercado e apropriar-se do diferencial entre os custos de produção e o preço de mercado. A concorrência leva a adoção do método de produção pelos demais capitalistas fazendo desaparecer a vantagem obtida

pelo capitalista inovador. A generalização da incorporação de inovação tecnológica faz decair a média da taxa de lucro¹.

Dessa maneira, o resultado da queda da taxa de lucro e as crises são inelimináveis do MPC. Essa dinâmica da taxa média de lucro ou o nivelamento da taxa de lucro dos capitalistas acaba criando um obstáculo à expansão da produção, posto que elimina as condições para obtenção de lucros acima da média, que é o fim último de cada capitalista. Tal eliminação é apenas temporária porque o MPC é a história permanente da busca por atenuar esse nivelamento.

O desenvolvimento da composição orgânica do capital suscita uma contradição para o conjunto dos capitalistas. A partir do momento em que esse método se generaliza e a maioria consegue reduzir o tempo socialmente necessário de produção, os capitalistas que haviam conseguido maiores lucros, os superlucros, neste sentido, tendem a sofrer a ação do nivelamento da taxa de lucro e, seguindo a lógica, essa taxa segue tendendo à queda. Com efeito, essa dinâmica está completamente à revelia da vontade do conjunto dos capitalistas e, conseqüentemente, a competição entre eles atinge uma desvantagem. Um paradoxo está posto, pois o interesse particular de cada capitalista é que colide com o interesse do conjunto dos capitalistas. [...] na medida em que cada capitalista procura maximizar seus lucros, a taxa de lucro tende a cair. (NETTO e BRAZ, 2008, p.152).

Essas são particularidades inerentes à dinâmica desse modo de produção, e também se observa no movimento de realização da mercadoria. A crise representa, no

¹Além da queda da taxa de lucro inerente a esse modelo de produção (o capitalista) tem-se que a superprodução ocasiona, também, contradição importante e é um dos motivos pelo qual os capitalistas geram estratégias para entrar em novo ciclo, dando origem às guerras - quando culmina o acirramento da concorrência. A superprodução não será discutida no nosso trabalho por tratar-se de debate teórico entre a queda da taxa e a própria.

capitalismo, uma constituição de seu ciclo ao que se pode comprovar. Os ciclos de reprodução do MPC compreendem intervalos de crises. Segundo Netto e Braz(2008), o ciclo é composto por quatro fases: o auge, a depressão, a crise e a retomada do crescimento. Os autores afirmam que antes de 1929, os ciclos tinham uma duração aproximada entre 8 e 12 anos e após a Segunda Guerra Mundial foram encurtados. A crise vai acontecer se algo na trajetória se impuser ao movimento do capital, e as consequências negativas ao ciclo econômico vão surgir como a queda das vendas, a quebra das empresas, o desemprego e o subconsumo. Seguindo disso, acontece a depressão que significa atentar à estagnação da produção, seguida do desemprego e baixa dos salários; as mercadorias ficam estocadas ou são vendidas a baixo preço ou, ainda, destruídas; e a sobrevivência do ciclo será tentada com medidas tecnológicas, buscando encontrar fontes de matéria prima e mercados, dinamizando a concorrência entre as empresas e dando surgimento a novas iniciativas para atingir o auge. As empresas que sobrevivem a esses estágios absorvem algumas que não conseguiram permanecer na disputa pela recuperação. Esse é o estágio de retomada do ciclo, que vai ser o engatilhamento seguinte, do auge, pois a venda de mercadorias é retomada do crescimento, o desemprego diminui e o consumo torna a acontecer. A fase seguinte é um novo investimento das empresas em tecnologia, na tentativa de crescimento da produção e da abertura de novas linhas e alargamento da produção. Acontece o momento de euforia e na economia surge o momento da prosperidade e que pode novamente abrir-se a uma nova crise e todas as fases se repetirem para que o ciclo seja retomado.

Os antagonismos do MPC, aquelas contradições que explicam as suas crises, são a penalização dos pequenos e médios capitalistas e até mesmo vulnerabilizam os

grandes. Pois no MPC não há uma organização e planejamento da totalidade da produção, os capitalistas individualmente planejam, racionalizam a produção nas empresas, mas a totalidade da produção é anárquica. Outra contradição é a busca pela maximização dos lucros que gera a tendencial queda da taxa de lucro, uma das causas da crise. Outra causa reside na contradição da produção expansiva de mercadorias e a restrição de consumo de massa da população assalariada. Produzem uma quantidade cada vez maior de mercadorias que encontram limites para serem consumidas, pois o aumento da composição orgânica cria massa de trabalhadores sem poder aquisitivo, massa de trabalhadores desempregados, fazendo com que mais essa contradição conduza às crises. Ou seja, todo um conjunto de contradições põe obstáculos à realização da mais-valia, bem como a realização do lucro. Quanto a isso Netto e Braz (2008 afirmam que: “as crises são inevitáveis sob o capitalismo; mas é perfeitamente viável uma organização da economia estruturalmente diferente da organização capitalista, capaz de suprimir as causas das crises” (NETTO e BRAZ, 2008, p.157).

Todavia, Braz e Netto (2008) apontam que os capitalistas possuem meios que operam como contratendências que podem reverter a quedada taxa de lucro:

- *o barateamento do capital constante* – com isso, mesmo que se eleve a composição orgânica do capital, seu valor pode continuar o mesmo ou até cair;
- *a elevação da intensidade da exploração* – através de incremento da produção de mais-valia absoluta ou relativa;
- *adepressão dos salários abaixo do seu valor* – através da implementação de redução salariais;
- *o exército industrial de reserva* – “a superprodução relativa” é utilizada pelos capitalistas ou para reduzir os salários ou aproveitá-la em empresas com baixa composição orgânica do capital que, assim, tornam-se competitivas;
- *o comércio exterior* – o comércio entre um país mais desenvolvido e um menos desenvolvido dá vantagens especiais (superlucros) aos capitalistas do primeiro. (NETTO e BRAZ, 2008, p.154)

A reestruturação do mundo do trabalho, denominada por Harvey (1993) de acumulação flexível desde a segunda metade de 1970 pode ser compreendida como uma contratendência à queda da taxa de lucro.

Para Harvey (1993)

A acumulação flexível [...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (p.140)

E neste momento de reorganização do mundo trabalho, que visa garantir maior rentabilidade e acumulação, que o capitalista aumenta o investimento na composição orgânica do capital. A partir de então, nos países centrais, assistimos a introdução de novos modelos gerenciais acompanhados de uma nova revolução tecnológica (robótica, nanotecnologia), que, aprofundando o fosso entre trabalho manual e intelectual e redirecionando as forças produtivas, passou a exigir trabalhadores polivalentes, multifuncionais, cuja qualificação devia estar adequadas às virtudes da complexidade tecnológica. Todavia, tais exigências fizeram crescer o número de atividades que não exigem qualificação, logo, tornando fácil a dispensa de trabalhadores.

Assim sendo, a reestruturação empreendida pela acumulação flexível está diretamente ligada ao crescimento do desemprego em massa, que obriga os trabalhadores a aceitar qualquer tipo de trabalho e as condições mais aviltantes como forma de garantir sua sobrevivência, fazendo emergir os chamados trabalhadores “informais”. Aumenta-se, assim, os trabalhadores-parciais (sobretudo as mulheres) – precarizados—, os contratos temporários e desregulamentação das relações trabalhistas. A inovação tecnológica empreendida, à medida que dinamiza a produção,

expulsa força de trabalho humano (capital variável) do processo produtivo aumentando o exército de reserva, que por sua vez provoca o rebaixamento dos salários dos que ainda estão empregados, eleva a intensidade da exploração e retira destes o poder de pressão no que se refere à luta por melhores condições de trabalho.

Tal como a reestruturação produtiva de agora, a acumulação flexível, o MPC em seu estágio imperialista entre 1945 a 1975 assistiu também a revolução no mundo da produção que visava reverter ou deter a queda da taxa de lucro por meio do fordismo. Modelo este que modificou o processo artesanal de produção de carros com a implantação do sistema taylorista² na linha de montagem, e que, com o racionamento do trabalho, permitiu uma produção em massa de produtos homogêneos. Essa perspectiva de produção orientou uma nova dinâmica de controle da organização do trabalho e circulação de mercadoria, uma vez que pautou a economia planificada como nova estratégia para recuperar a produtividade do MPC, dando origem ao que alguns autores chamaram de pacto entre as classes. Como resultado disso, a garantia de crescimento econômico novamente foi atingida. Essas foram as estratégias do capital, utilizadas para reverter a tendência à queda da taxa de lucro que se abriu entre 1920 e 1930. Hobsbawm (1994), em *Era dos extremos*, vai chamar essa onda de crescimento econômico de “Era de Ouro”, que trataremos no tópico seguinte.

²Trata-se de uma forma de organização do trabalho humano baseada na ciência que consiste na fragmentação extensiva das tarefas, formas de supervisão de controle, além da desqualificação da força de trabalho pela extrema separação entre as tarefas de concepção e de execução das transformações na organização produtiva. (Santos, 2009: p.1 – “Da era fordista ao desemprego estrutural”).

1.1.1 O fim da era de ouro e as respostas do capital para a sua crise

Entre o fim da Segunda Guerra Mundial (1945) e a passagem dos anos 1960, o capitalismo monopolista viveu uma fase única em sua história: a “Era de Ouro” do capital, que durante trinta anos apresentou resultados mais que satisfatórios na economia capitalista. Embora as crises não tenham sido extintas, seus impactos foram reduzidos pela intervenção reguladora do Estado.

O início desse momento deu-se em 1944, quando países aliados dos Estados Unidos assinaram um acordo nas conferências de *Bretton Woods*³. Nesse evento, firmou-se que o valor do dólar seria igualado ao ouro e, além disso, estabeleceu-se o crescimento econômico por meio de reformas que garantiriam a sobrevivência do capital por longas três décadas. Ou seja, um pacto comercial e financeiro para o crescimento do capital, em que os norte-americanos definiram de uma vez por todas seu poderio centralizador e se posicionaram como os principais líderes. Tratava-se de uma reorganização mundial política e econômica na qual os Estados Unidos surgem como a nação-estado hegemônica do comando global, que passa a regular os limites interestatais e definir pactos visando a acumulação do capital.

Consolida-se aí, o capitalismo como sistema mundial. Os Estados Unidos surgem de vez como o grande comandante mundial, abrigando poder econômico e financeiro, baseado no domínio militar. Nas palavras de Harvey (1998), o acordo de *Bretton Woods* somado ao plano Marshall⁴ fizeram dos Estados Unidos um grande

³Na Conferência de Bretton Woods foram estabelecidas as diretrizes de uma nova ordem econômica global. Um dos objetivos da reunião era a reconstrução do capitalismo, estabelecendo regras financeiras e comerciais a fim de evitar uma crise com repercussões, como na grande depressão dos anos 1930. Para mais aprofundamento, consultar Chesnais (2008) “*A Mundialização do Capital*”.

⁴O Plano Marshall foi estratégia dos EUA, em meados de 1947, para que os países da Europa e o Japão atingissem crescimento e estabilidade através de uma combinação de estado de bem-estar social,

banqueiro mundial em troca da abertura de mercados e principalmente a disseminação e poderio das suas grandes corporações.

Agora, para enfrentar a crise, a política econômica devia “residir em que o Estado controlasse os gastos e a demanda. A demanda forte levaria a um tempo de altos lucros e ao pleno emprego” (HARVEY, 1993, pp. 156-157). Isto é, um conjunto de medidas anticrise e anticíclicas, por meio das quais, ele propõe a intervenção do Estado, para subsidiar as condições de reprodução do trabalho e do capital.

Esse momento marcou a época do surgimento de uma nova institucionalidade. Para manter o capitalismo foi necessário incorporar as demandas e interesses dos trabalhadores, ou seja, oferecer aos trabalhadores estabilidade no emprego e direitos sociais como educação e saúde. É nesse cenário, após a II Guerra Mundial, que começa uma nova estrutura social e econômica, conhecida como o compromisso fordista, “em que o Estado eo capital assumem um compromisso que integra os trabalhadores, conduzidos a participar deste compromisso e tendo como contrapartida as políticas sociais, o que garantiu ao capitalismo sua reprodução e dominação social.” (SANTOS, 2009: p. 2). A esse pacto deu-se o nome de *Welfare State* ou Bem-Estar Social.

O modelo taylorista também foi um incremento desse momento. Antes, por exemplo, eram necessárias doze horas e meia, em média, para construir um veículo, e, após a introdução do taylorismo na linha de montagem fordista, esse tempo foi reduzido para uma hora e trinta e oito minutos. (SANTOS, 2009 apud GOUNET, 1999: p.9). Ou seja, oito vezes menos da produção industrial anterior ao taylorismo. Nota-se

administração econômica keynesiana e controle das relações de salário. Harvey (1998) “Condição Pós-Moderna.

aqui a intensificação e o aumento de produtividade do trabalho, causados pelo método científico taylorista de parcelamento das atividades. O fordismo-taylorismo racionalizou a produção aumentando os lucros (ANTUNES, 2002). A exploração sob o trabalho somado ao incremento de novas tecnologias aumentou a extração de mais-valia relativa, reestruturou a produção e aumentou o nível de automação do trabalho. Os ramos da produção que primeiro adquiriram essas técnicas usufruíram lucros exorbitantes, chamados os “superlucros” (MANDEL, 1990). Houve uma onda expressiva de crescimento dos lucros, naquele período.

Há dois elementos que explicam a generalização das estratégias para reverter a crise do pós-guerra: a forte mobilização dos trabalhadores num contexto das experiências de transição socialista, após o fim do fascismo e a contribuição decisiva dos exércitos russos neste fim, por outro lado, a demanda por uma intervenção econômica do Estado na etapa imperialista como agente que deve garantir as condições gerais (não só condições externas) da produção capitalista. Desse modo, a contrapartida desse crescimento surgiu em forma de direitos sociais, bem como uma redução importante do desemprego fortalecendo os sindicatos e as organizações dos trabalhadores. Assim, na era monopolista as políticas sociais servem para garantir essas condições, ao atenuar as tendências ao subconsumo e preservar a reprodução da força de trabalho de forma contínua. A partir desse arranjo na organização da produção e do trabalho, todo o sistema produtivo passou a funcionar. Sendo essa a marca do período de crescimento e expansão de 1945 a 1975, conhecida como a “Era de Ouro” do capitalismo.

A partir disso, tratou-se, então, de elevar a demanda global por mercadorias através da ação do Estado, e em vez de evitar a crise, amortecê-la. A intervenção do

Estado passou a ser estratégia para valorização do capital, assim como a criação do crédito, combinado à política de juros, às políticas sociais e à política fiscal. Esse pacto garantiu política salarial e controle dos preços para a manutenção do consumo. A intervenção do Estado na política econômica garantiu que os trabalhadores tivessem crédito para manter o consumo em alta, e as estratégias de crescimento garantiram um ciclo de expansão nunca antes visto. Tinha-se, portanto, um Estado intervencionista que garantiria a fidelidade das massas e a aceitação dos lucros capitalistas em troca de melhores salários e condições de vida.

Após os 30 anos gloriosos, uma enorme crise se anuncia, a lei tendencial de queda de lucro se expressa e o mercado pautado na planificação sofre necessidades de alterações profundas. Diante disso, os capitalistas viram-se obrigados, pela estagnação da taxa média de lucro e uma crise fiscal, a repensar rapidamente aquele modelo planificado de economia. Então, a estratégia keynesiana encontrou limites estruturais. Assim, a busca por superlucros, associada à revolução tecnológica (e sua generalização), mais a ampliação da capacidade de resistência na organização dos trabalhadores, a diferenciação negativa entre taxas de lucro e altos salários, além de um expressivo fortalecimento dos movimentos sócio-culturais, desde os anos 1960 (Harvey, 1998, p. 140), e a intensificação do processo de monopolização do capital com seus acordos de preço, estiveram na base do novo período depressivo que se abre em fins daquela década. A estratégia keynesiana, assentada no intervencionismo do Estado⁵, bem como a repartição do excedente entre a manutenção da força de trabalho e os lucros do empresariado, havia produzido um “mar de dívidas” (públicas e privadas),

⁵O neoliberalismo não pode ser interpretado com o fim do intervencionismo do Estado na economia, mas sim com a redução do intervencionismo estatal que atenda os interesses dos trabalhadores.

a crise fiscal e a inflação permanente aprofundando e as contradições fundantes do capitalismo.

Desde o início dessa onda de estagnação econômica, os capitalistas vêm tentando engendrar estratégias (e têm conseguido) para extrair mais excedente de valor da classe trabalhadora. Assim, os anos 1970 marcaram a ruptura do padrão vigente gestado no II pós-guerra. As condições para uma crise estrutural estavam postas, pois aquele padrão de acumulação esgotara-se, como é da natureza do capital, e não garantiria por mais tempo a expansão do modo de produção.

Se da segunda metade dos anos 1960 até a primeira metade dos anos 1970, os sujeitos vinculados ao mundo do trabalho estavam na ofensiva e o capital na defensiva, desde a década seguinte (1980) essa relação se inverteu. É o capital que tem estado na ofensiva desde então, uma vez que chegou ao fim o socialismo real.

Acabados os anos gloriosos, ou seja, quando se encerra-se o mais grandioso ciclo econômico conquistado por meio do modelo fordista-keynesiano; a reestruturação do MPC passa novamente a ser a ordem do dia do capital; e o afrouxamento das amarras do pacto fordista, a meta. Em outras palavras, a desregulamentação de tudo o que foi gestado naquele período vem à tona como novas possibilidades de recuperação de retomada da taxa de lucro. Vê-se, na financeirização⁶, a conseqüente alternativa para a retomada das taxas de lucro.

⁶A financeirização corresponde ao predomínio do capital financeiro (capital industrial fundido ao capital bancário) na terceira fase do desenvolvimento da etapa imperialista (a primeira fase denomina-se de clássica, indo de 1890 ao entre guerras; a segunda tardia ou Era do Ouro vai de 1945 a 1975 e a terceira inicia-se em 1975 e vai até a atualidade. (NETTO e BRAZ 2008: p. 203 apud HARVEY, 2004, p.123), para Chesnais (2008, p.11) trata-se de “um movimento de intensificação dos processos financeiros que caracteriza o período recente do capitalismo, iniciado nos anos 1970 com conseqüências importantes para a mundialização das finanças para o funcionamento da economia mundial” (A Mundialização do Capital).

Em estudo aprofundado sobre a estratégia da financeirização do capital, Iamamoto (2007) permite tornar inteligíveis as estratégias (reestruturação produtiva e neoliberalismo) do grande capital para deter ou reverter a queda da taxa de lucro. É a financeirização que está por trás da pressão para que se generalizem as políticas de flexibilização de gestão e compra da força de trabalho, pois são as instituições financeiras que, comprando as ações de grupos industriais desde 1994, põem as exigências de intensificação do trabalho, de adoção de mudanças organizacionais das estruturas produtivas, e o crescimento do trabalho precarizado temporário. Também é a financeirização que impõe aos países, especialmente os periféricos, a adoção de políticas de ajuste fiscal, a redução de gastos sociais, a privatização de empresas estratégicas e lucrativas e uma política macro econômica que, por meio da elevação das dívidas públicas, alimenta com a vultuosa massa de recursos públicos os interesses de uma oligarquia financeira. Em suma:

O capital financeiro assume o comando do processo de acumulação e, mediante inéditos processos sociais, envolve a economia e a sociedade, a política e a cultura, vincando profundamente as formas de sociabilidade e o jogo das forças sociais. O que é obscurecido nessa nova dinâmica do capital é o seu avesso: o universo do trabalho. (IAMAMOTO, 2007, p.107)

E, nesse sentido, o neoliberalismo tem desafiado a classe trabalhadora, movimentos sociais, a academia e grupos auto-organizados a criar resistência e enfrentamento ao seu *modus operandi*, que se revela altamente sofisticado quanto aos seus fundamentos. Seu intuito é através de medidas legislativas e desregulamentações garantir ao grande capital uma liberdade de ação em esfera mundial nunca antes vista. Dito isto, o tópico a seguir apresentará uma breve sinopse histórica do neoliberalismo e suas articulações estratégicas mundialmente espalhadas.

1.1.1.1 O neoliberalismo ao longo do tempo: breve sinopse histórica

Como vimos até aqui a busca por superlucros ocorreu de forma específica em cada período pelo qual passou (e passa) o modo de produção capitalista. À medida que o capitalismo encontra obstáculos para sua reprodução ampliada e expandida, tenta estabelecer novas estratégias para se livrar de tais obstáculos. Nesse sentido, após um período longo de crescimento econômico, seguido de estagnação e queda tendencial da taxa de lucro, pelas razões que já indicamos anteriormente, o MPC chega ao momento de tentar acionar mecanismos completamente distintos dos utilizados em sua fase de “ouro” e estabelecer um regime de rentabilidade baseado em alternativas que renovem as condições de exploração dos trabalhadores num sistema completamente flexível. De modo que, com a crise gestada em meados da década de 1970, como tentativa de recuperar as taxas de lucro e tentar novas estratégias de saída da crise capitalista, investiu-se numa reestruturação produtiva toyotista⁷ e no receituário neoliberal. O neoliberalismo objetiva garantir ao grande capital a maior liberdade possível de movimento. Suas principais estratégias estão associadas a uma redefinição profunda do papel do Estado, são estratégias que primam intervir nas formas de proteção social e desarticular o poder sindical.

O Estado, por sua vez, correspondendo à hegemonia da classe dominante, atua num amplo programa de privatização, ataque à legislação sindical e ao direito à greve, além dos cortes com gastos sociais. Os programas de privatização incluem as

⁷ Esse método de produção e organização do trabalho, o toyotismo, apoiou-se principalmente em 06 princípios básicos, são eles: 1) crescimento pela demanda; 2) combate a qualquer tipo de desperdício; 3) flexibilidade do aparato produtivo; 4) instalação do método do kanban; 5) diversificação dos produtos; 6) terceirização da produção. (Santos, 2009 – Da era Fordista ao Desemprego estrutural da força de Trabalho)

indústrias de base, ou seja, privatização de estatais, bem como os programas habitacionais, a mercantilização de serviços de energia, transporte, telecomunicações, saneamento, entre outros. Assim as políticas neoliberais de privatização de empresas públicas, bem como liquidação de direitos e garantias sociais básicas buscam quebrar as barreiras sociopolíticas impostas pela organização e lutas operárias que travaram o livre movimento do fluxo de mercadorias e capitais na “Era de Ouro”.

O neoliberalismo não promove apenas a privatização e a mercantilização de bens públicos, favorece também à financeirização um contexto em que o aumento de concentração de capitais, através das fusões de empresas monopolistas e oligopolistas, intensifica a especulação financeira e a retração do setor produtivo.

Durante os anos 1980 aconteceu uma verdadeira explosão dos mercados de câmbio internacionais, cujas transações, puramente monetárias, acabaram por diminuir o comércio mundial de mercadorias reais. O peso das operações puramente parasitárias teve um incremento vertiginoso nestes anos. Por outro lado – e este foi -, digamos o fracasso do liberalismo – o peso do Estado de bem-estar não diminuiu muito, apesar de todas as medidas para conter os gastos sociais [...] Duas básicas explicam este paradoxo: o aumento dos gastos sociais com o desemprego, que custaram bilhões ao Estado, e o aumento demográfico dos aposentados na população, que levou o Estado a gastar outros bilhões em pensões. (ANDERSON, 1995, p.16)

Segundo Anderson (1995), as ideias neoliberais já vinham sendo pensadas na mesma época em que Keynes planejava intervenções do Estado na política econômica. Nas palavras do autor: “trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política.” (ANDERSON, 1995: p. 1). O filósofo da economia neoliberal, Frederich Hayek, Nobel do ano 1974, vinha tentando introduzir suas ideias há tempos, desde a década de 1940, no universo das estratégias contra as crises cíclicas e queda da taxa de lucro. Mas será apenas no momento em

que as políticas keynesianas tornam-se insuficientes que as ideias neoliberais ganharão terreno e se espalharão rapidamente, inclusive pelos países de maior proteção social, como a Nova Zelândia.

Anderson(1995) aponta que as perspectivas neoliberais afirmavam ser um imenso problema a intervenção do Estado o fortalecimento dos sindicatos; quando a pressão dos operários compreendia terrível drama às bases de acumulação capitalista. A solução era usar o Estado para romper com o poder dos sindicatos, que restringiram a mobilidade do grande capital (ou seja, somente aquelas que tinham algum caráter democrático ou de controle social e que beneficiavam de algum modo os trabalhadores). Até mesmo porque como destaca Netto (2008), o neoliberalismo não se constitui como um Estado mínimo em si, mas sim mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital. A ordem é conter gastos com o bem-estar; ter disciplina orçamentária; e restaurar a ordem “natural” do desemprego.

As medidas neoliberais se firmam no momento de maior inflação e baixas taxas de crescimento. O modelo flexível da economia incluía a estratégia da privatização dos bens públicos e dos serviços. Ao estudar a globalização em Chesnais (2000) podemos compreender a íntima ligação entre reestruturação produtiva e neoliberalismo como respostas imediatas e automáticas à impossibilidade de manter os mesmos níveis rentistas que aqueles anteriores, os do Keynesianismo. Com a queda da taxa de lucro, o movimento de expelir os trabalhadores com a inovação tecnológica estabeleceu também a fragmentação da organização da classe trabalhadora. Pois houve intensa desregulamentação das relações com o trabalho e intensificou-se imensamente a terceirização.

Neves (2011) nos atentapara o fato deque esse movimento no Brasil começa com o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC),e a contrarreforma no Estado, com as privatizações das Estatais e a aberturado serviço público, das políticas sociais, às Organizações Não Governamentais (Ong's). A contrarreforma de FHC, ou como o governo chamava - “Sociedade do Bem-Estar”–,em outras palavras, um casamento com o mercadofazendo a população acreditar na busca de bem estar. A autora elucida que as estratégias de privatização do governo FHC se apresentaram comuma “cara de justiça social”. Neves (2011) alerta, ainda, que essasestratégias são parte da forma como o modelo neoliberal é introduzido no Brasil. O governo entrega nas mãos do empresariado a administração das políticas sociais. A mesma aponta, também que este movimento é a chamada *Terceira Via*, de Giddens, que vem se consolidar no governo seguinte com o Partido dos Trabalhadores (PT). Cujo debate mais detalhado faremos no capítulo seguinte. A isso os governos do PT chamaram de “sociedade civil participativa”: é o fazer social pelas mãos da sociedade, segundo os defensores do projeto (NEVES, 2011: p. 3).⁸

Logo que os países centrais aderiram ao modelo flexível, o predomínio do capital financeiro ganhou escala global, tanto na produção, como principalmente nos mercados financeiros. Para Chesnais (2000),esta “imbricação entre as dimensões produtiva e financeira da mundialização do capital” atingiu proporções sem precedentes ao instituir “uma economia explicitamente orientada para os objetivos únicos de rentabilidade e de competitividade e nas quais somente as demandas monetárias solventes são reconhecidas” (CHESNAIS, 2000, p 2.).

⁸Lei 9.790/99 – Regulamentação do Governo FHC de Organizações da Sociedade Civil (ou seja, de direito privado) com interesse público. Esta lei institui e disciplina o Termo de parceria e dá outras providências. (Casa Civil: BRASIL 1999).

Chesnais (2000) aponta que as bases da mundialização do capital contemporâneas estão fincadas em alicerces na liberalização, desregulamentação e privatização, numa estruturação em que países centrais mantêm o domínio numa ordem (*ethos*) em que se forma um abismo econômico entre os países avançados e os periféricos. Nesse sentido, a mundialização da economia está ancorada nos grupos industriais transnacionais, que possuem formas cada vez mais concentradas e centralizadas, associados às instituições financeiras e passam a comandar o conjunto da acumulação. Essa dominação é impensável sem a intervenção política e o apoio dos Estados nacionais. A desregulamentação se inicia na esfera financeira e invade o mercado de trabalho, e impõe iniciativas no sentido do aumento da exploração.

É importante salientar que a mundialização contemporânea se resume em basicamente assegurar liberdade de fluxo de capitais. O capitalismo exigiu, nesse momento, mobilidade internacional e, nesse sentido, a sua estruturação estabeleceu intervenções que exigiram medidas de modo a configurar um esquema de liberalização. Essas novas formas ainda não se definiram totalmente, mas, para Chesnais (2000), já se percebe que “estes novos operadores financeiros” (por exemplo, fundos de pensão e fundos mútuos, perto dos quais os grandes bancos são verdadeiros anões) são os grandes beneficiários da mundialização do capital. O autor alerta para o fato de os grupos financeiros, quase invisíveis, ganharem dinheiro sob forma de juros, provenientes de empréstimos e operações que também se assentam nas cadeias complexas de créditos e dívidas entre bancos. A única “missão” do capital em tempos de fortalecimento do capital financeiro é, portanto, fazer os fundos renderem e, para isto, quanto maior flexibilização, melhor. No capitalismo financeiro

a centralização dos ganhos não reinvestidos na produção e não consumidos nas mãos das instituições financeiras – consideradas – “em bloco” sob a etiqueta bastante enganosa de “poupança” – colocou estas instituições em posição de tornarem-se as proprietárias acionistas de um novo tipo de empresa. Ao mesmo tempo permitiu a detenção de montantes suficientemente elevados de partes da dívida pública para que os governos se tornassem seus “devedores.”[...]Embora o poder econômico do capitalismo contemporâneo se encontre doravante nas mãos dos investidores institucionais e dos gestores financeiros, o papel dos grupos industriais é mais importante do que nunca. Enquanto os gestores dos fundos de aplicações financeiras permanecem quase completamente à sombra, os grupos transnacionais encontram-se na linha de frente – ao lado dos governos – na luta contra as classes e as camadas que eles precisam explorar. [...]Assim, os grupos industriais dispõem de pujantes meios oriundos dos efeitos combinados da liberalização e da desregulamentação do comércio, dos movimentos de capitais e da tecnologia. Eles usam a sua liberdade de ação e de movimentos para ameaçarem os assalariados (ameaça que pode vir a ser concretizada) de relocar seus sítios de produção em direção aos países onde mão-de-obra é barata e os trabalhadores são pouco ou nada protegidos (CHESNAIS, 2005: p. 21).

Segundo Anderson (1995), na Inglaterra as medidas neoliberais surgem no Governo de Margareth Thatcher, em 1979; um ano depois, Ronald Reagan nos Estados Unidos fortalece também esse modelo. A Alemanha adere em 1982, com Helmut Schmidt; e a Dinamarca também sente os amargos do pacto neoliberal, a partir de 1983. Apenas com exceção da Suécia e da Áustria, quase todos os países da Europa Ocidental adotaram tais medidas nos anos 1980 para enfrentar a estagnação do crescimento econômico. Porém, essas estratégias foram mais contundentes no modelo inglês, onde Thatcher elevou os juros, desregulamentou direitos sociais e instaurou uma legislação antissindical; baixou impostos sobre os altos rendimentos e promoveu a privatização como um dos elementos centrais a este pacote de medidas.

Já nos Estados Unidos as medidas se voltaram para enfrentar a competição militar com a União Soviética. Os americanos também reduziram os impostos sobre os altos rendimentos, mas ao contrário dos ingleses, não aplicaram uma disciplina orçamentária; ao contrário os gastos exorbitantes com a corrida armamentista levou a

um déficit público de proporção inédita na história do país, dada a elevação com os gastos militares.

Frente a um novo acordo mundial de desregulamentação e medidas financeiras, países como a França, Grécia, Austrália e Nova Zelândia não conseguiram manter-se fora da nova cena e sucumbiram por causa da pressão do mercado financeiro. Segundo Anderson (1995), a reorientação econômica neoliberal foi uma alternativa a que não podiam resistir por muito tempo, pois, em 1983, a França, ainda com um governo socialista, padecia com um enorme contingente de desempregados,

se viu forçada pelos mercados financeiros internacionais a mudar o seu curso dramaticamente e reorientar-se, com prioridade para a estabilidade monetária, a contenção do orçamento, concessões fiscais aos detentores do capital e abandono do pleno emprego. (ANDERSON, 1995, p.5)

Naquele período, nesses países, as taxas de inflação haviam se revertido consideravelmente. A meta de reverter os índices da década de 1970 foi exitosa. Segundo Anderson (1995), os índices de inflação caíram de 8,8% para 5,2% e essa tendência seguiu caindo até a década de 1990. De acordo com o autor, houve também, ganhos na taxa de lucro das indústrias nos países da Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Nos anos 1970, essas taxas haviam caído para 4,2% e, na década de 1980, subiram para 4,7%. Na Europa, ainda de acordo com Anderson (1995), havia 5,4 pontos negativos e, na década de 1980, 5,3 positivos. Segundo o autor, isso se deveu, sem dúvida, à derrota do movimento sindical, quando também havia contenção drástica nos salários. As taxas de desemprego foram altíssimas– de uma década a outra, mais que duplicou– o que expressa uma alteração na correlação de forças do capital contra o trabalho.

Contudo, as condições favoráveis para o capital apresentaram também uma inversão de crescimento industrial: o parque industrial havia encolhido consideravelmente, de 5,5% de incrementos, na década de 1960, para 2,9%, na década de 1980. O que demonstra o quanto o neoliberalismo está associado à desindustrialização promovida pela acumulação flexível.

É importante salientar também a conexão do neoliberalismo com a financeirização, posto que os lucros conquistados nesse período tinham intensa vinculação com as novas transações capitalistas que fortaleceram a financeirização do capital, por meio da desregulamentação financeira,

um elemento tão importante do programa neoliberal, que criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva. Durante os anos 80 aconteceu uma verdadeira explosão dos mercados de câmbio internacionais, cujas transações, puramente monetárias, acabaram por diminuir o comércio mundial de mercadorias reais. (ANDERSON, 1995, p.7)

As transformações capitalistas contemporâneas, à maneira neoliberal, trazem novas experiências para os capitalistas, como as grandes transações pela extensa superfície do planeta com maiores facilidades, a desregulamentação financeira e a globalização das possibilidades de investimentos financeiros com grande retorno líquido. Após a dissolução do bloco socialista em 1989, a liberalização seguiu triunfante por conta da desregulamentação das fronteiras mercantis. Chesnais (2005) chama atenção ao seguinte:

[...] a mundialização liberou, ao contrário, todas as tendências à polarização e à desigualdade que haviam sido contidas, com dificuldades, no decorrer da fase precedente. “A economia do arquipélago” da mundialização, a “balcanização” com suas consequências geopolíticas muito graves e a marginalização dramática de continentes e subcontinentes, são a consequência da forte seletividade inerente aos investimentos financeiros, mas também aos investimentos diretos quando os grupos industriais se beneficiam da liberalização e da desregulamentação das trocas como movimentos de capitais. A homogeneização, da qual a mundialização do capital é portadora no plano de certos objetos de consumo e de modos de dominação ideológicos por meio das

tecnologias e da mídia, permite a completa heterogeneidade e a desigualdade das economias. O fato de que se tenha integração para uns e marginalização para outros, resulta do processo contraditório do capital na busca de rentabilidade, ao mesmo tempo em que ele determina os limites. Deixando-o por sua conta, operando sem nenhuma rédea, o capitalismo produz a polarização da riqueza em um polo social (que é também espacial), e no outro, a polarização da pobreza e da miséria mais “desumana”.(CHESNAIS, 2005, p.12)

Ao apreciar os resultados das novas estratégias usadas pelo grande capital para conter a crise e a queda das taxas de lucro, da década de 1970 em diante, na Europa e Estados Unidos, notamos que os autores trazem elementos importantes para pensar a realidade do neoliberalismo na periferia do capitalismo. Se os trabalhadores nos países desenvolvidos sofreram com o enxugamento do complexo industrial e a retirada de direitos, e foram enfraquecidos pelas novas maneiras de gerar riqueza na especulação financeira, é “natural” que nos inquietemos em estudar o que acontecia nos países do chamado Terceiro Mundo, dependentes das economias desenvolvidas. É certo que alguns países centrais atingiram níveis de crescimento consideráveis com consequências sociais desastrosas, mas tal crescimento aconteceu em um espaço de tempo bastante curto. Pois, a partir de 1990, todos os países que conseguiram algum fôlego na elevação das suas taxas de lucro acabaram por entrar mais uma vez em um sombrio momento de recessão, inclusive aqueles que “deixaram” para aderir o pacote neoliberal por último, como no caso da Suécia. Ao adotarem uma política de contenção de gastos sociais esses países não conseguiram inverter consideravelmente as taxas de crescimento. O crescimento da economia foi decrescente, pois tanto a curva descendente (3,6% e 2,9%) entre 1970 e 1980, respectivamente, em taxas de acumulação, quanto a desregulamentação financeira que criou considerável condição de redução produtiva com operações parasitárias, fizeram com que o Produto Nacional

Bruto (PNB) dos países da OCDE, durante os anos 1980, sofresse aumento nos gastos sociais com o desemprego gerado. Foram cerca de 48% do PNB gastos com o número gerado de desempregados e aumento demográfico dos aposentados que fizeram o Estado gastar bilhões em pensões.

Segundo Anderson (1995), em 1991 a dívida pública novamente assume alarmantes dimensões, inclusive nos Estados Unidos e Inglaterra. Os países da OCDE atingiram cerca de 38 milhões de desempregados, aproximadamente duas vezes a população da Escandinávia. E, mesmo com a experiência negativa dos pioneiros, a partir de 1996, países que não haviam aderido às estratégias conservadoras do neoliberalismo elegem líderes direitistas, como a já citada Suécia, e isso se repete na Itália, na Alemanha, na Áustria. Assim, as investidas em privatizações seguem tomando todo o Ocidente. Além de países de grande importância econômica, como esses, outros que antes declararam resistir à onda neoliberal, nas últimas eleições, mesmo sendo governados por partidos integrantes da ex-URSS, têm desmontado sua seguridade e serviços públicos, como países do Leste Europeu, a Hungria, a Polônia e a Lituânia.

O dinamismo continuado do neoliberalismo como força ideológica em escala mundial está sustentado em grande parte, hoje, por este “efeito de demonstração” do mundo pós soviético. Os neoliberais podem gabar-se de estar à frente de uma transformação sócio-econômica gigantesca, que vai perdurar por décadas. (ANDERSON, 1995, p.9)

Na América Latina, a adoção do neoliberalismo como política de favorecimento fiscal aos ricos e desmonte do serviço público, além da perseguição ao movimento sindical, tem seu início já na década de 1970, com o caso do Chile, que vivia o Estado autoritário de Pinochet. A Bolívia também consolidou suas políticas direitistas no governo de Jeffrey Sachs, que segundo Anderson (1995), não se aplicou tal como no

Chile, onde os esforços se voltaram abertamente para enfrentar o movimento operário. Os governos seguintes, na Bolívia, também se ocuparam exclusivamente em combater a hiperinflação. Até a década de 1980, Chile e Bolívia seguiram com a política de favorecimento do capital financeiro, praticamente isolados. Mas, em 1988, a onda neoliberal atinge o México com a eleição de Salinas e em 1989, atinge a Argentina com Menem; no mesmo ano, a Venezuela; e, em 1990, o Peru, com Fujimori. Para Anderson (1995) fica comprovado que na América Latina o modelo neoliberal conseguiu se estabelecer com muita facilidade, já que vários países latino-americanos nas décadas de 1970 e 1980 vivenciavam processos de ditadura empresarial militar. A suspensão dos direitos políticos e civis atingiu a organização dos trabalhadores, movimentos sociais, culturais, intelectuais e artistas de todas as áreas, que além do enfrentamento à imposição empresarial militar, haviam sido influenciados pelas lutas organizadas dos países centrais. As ditaduras na América Latina lançaram mão de forte armamento bélico e estratégias de tortura para calar artistas e intelectuais que impulsionavam movimentos sociais, bem como muitas organizações de resistência popular e trabalhadores. Fazendo assim com que o neoliberalismo parecesse democratizante em um momento que se consolidava o fim dos anos de exceção. É o caso também do Brasil, que trataremos mais adiante.

Para Anderson (1995), o neoliberalismo fracassou economicamente, pois não conseguiu garantir um grande crescimento econômico no tocante ao conjunto geral de seus adeptos e os seus objetivos sociais– chamados naturais do desenvolvimento do ser humano– jamais foram atingidos. Objetivos, esses, que Hayek e seus companheiros defendiam afirmando que a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência trariam a prosperidade de todos. Ao contrário disso, o neoliberalismo criou sociedades

marcadamente desiguais, como disse Anderson. Contudo, a política neoliberal ainda de acordo com Anderson (1995), experimentou a conquista de uma hegemonia nunca antes observada. O modelo de reprodução neoliberal do capitalismo conseguiu alcançar uma adesão no mundo como jamais os povos puderam suportar. Poucos países escaparam do predomínio das ideias e práticas neoliberais, como os países do extremo oriente – o Japão, a Formosa, a Coreia, o Cingapura e a Malásia –, mas não sabemos até quando, uma vez que o capitalismo tem evoluído cada vez mais interdependente⁹.

No próximo capítulo discutiremos o neoliberalismo no Brasil e as políticas de seguridade social e Educação Superior.

CAPÍTULO II

2 O ATAQUE NEOLIBERAL ÀS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

No capítulo anterior nos esforçamos para apresentar um resumo acerca da dinâmica do modo de produção capitalista (MPC) entre o fim da II Guerra Mundial (1945) e o estabelecimento do neoliberalismo, iniciado na crise de meados da década 1970. A partir de suas crises cíclicas e suas variadas formas e estratégias de reestruturação produtiva, apresentamos a tendência ao crescimento da composição orgânica do capital, sua busca pela manutenção e aumento da taxa de lucro e também a queda dessa mesma taxa como uma das suas contradições.

O capítulo em questão pretende apontar o momento que o Brasil experimenta forte ofensiva neoliberal a contar de seu desmonte iniciado nos governos do então

⁹Esta exceção de países livres do neoliberalismo indicados por Anderson está limitada à análise que o autor fez até os anos 1990.

presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), entre 1995 e 2002, para que o Brasil entrasse no *hall* da mundialização do capital financeiro. Medidas de precarização do trabalho e privatização dos bens públicos que visavam tornar o país atrativo para o investimento no mercado financeiro, para tanto foi necessário reduzir o tamanho do Estado, leia-se implementar um novo paradigma nas políticas sociais, como o caso da previdência, que era exclusivamente responsabilidade do Estado. Além disso, era necessário existir um plano estabilizador que pudesse conter a persistência das altas taxas de inflação (Paulani, 2004). O receituário neoliberal foi seguido à risca orquestrado por um conjunto de economistas que apontavam o país como candidato à saída de mero subdesenvolvido para chegar a país emergente. No tópico a seguir faremos um resumo das medidas implementadas por FHC obedecendo tal receituário neoliberal e um balanço das mudanças implementadas pelos governos seguintes de Lula e Dilma.

2.1 Uma só Era neoliberal, dois governos: de FHC a Lula/Dilma.

Enquanto o mundo civilizado do ocidente sofria com grande inflexão do crescimento econômico na década de 1990 o Brasil saía de uma ditadura empresarial militar que durou tempo suficiente para fazer os brasileiros “aceitarem” as mudanças orientadas pelo novo governo eleito em momento tido como democratizador. A publicação da “Constituição Cidadã”, com vinculação de direitos consolidados como dever do Estado e direitos de todos, foi um grande marco para a história do país em 1988.

Com o fim do período ditatorial - período que durou cerca de 21 anos - o Brasil descobre-se em um imenso oceano de dívidas públicas e gastos sem controle e monitoramento. O fenômeno da inflação era intenso e, as taxas de juros oscilantes que tornaram a dívida pública sem controle dificultavam que o país pudesse se credenciar para entrar no mundo dos negócios financeiros. Os gastos públicos deveriam ser controlados e extremamente minimizados para que o país pudesse se apresentar como território apto a acolher negócios rentistas, ou seja, de valorização financeira. A falta de controle com os gastos públicos dificultava a garantia do valor real do capital do país, produzia assim altas taxas inflacionárias, e não havia possibilidade de saber o real valor dos papéis do Estado, os títulos da dívida pública¹⁰. Se o país não tinha controle sobre os gastos governamentais como poderiam os investidores confiar no investimento do capital financeiro no Brasil? Os empresários não tinham garantias de uma legislação que assegurasse contra um colapso, era necessário existir garantia de seus direitos como investidores.

Outro fator que afastava o Brasil dos investimentos financeiros era o caso de termos políticas como a previdência social marcada por um regime caracterizado pela solidariedade intergeracional sendo o Estado seu o principal financiador. Um sistema que não coadunava com os “novos tempos”, além da previdência concentrar grande parte das despesas do orçamento público. Seria necessário introduzir a idéia de previdência privada como um mercado promissor.

¹⁰Os títulos públicos federais são instrumentos financeiros de renda fixa emitidos pelo Governo Federal via oferta pública (leilão) ou diretamente ao detentor. Existem também os contratos, que são usualmente firmados com organismos multilaterais, tais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, com agências governamentais, como o Japan Bank For International Cooperation e o KfW, e com bancos privados (Site do Tesouro Nacional)

Ademais, o que obstaculizava em demasia o projeto do capital mundializado, foi a Constituição de 1988 assegurar direitos sociais, direitos de seguridade social, saúde, assistência e previdência social a partir de amplos debates e participação de movimentos sociais, fixando dessa forma rubricas orçamentárias com direitos vinculados, ou seja, obrigatórios. O país mal acabara de elaborar sua Carta Magna de direitos e a política econômica mundial já dava sinais de ordens à transformá-la de alguma maneira.

Em 1989 o projeto popular do Partido dos Trabalhadores (PT) foi derrotado e, Fernando Collor de Melo conseguiu ser eleito com o discurso do “social liberalismo”, fortalecido pela advertência da “caça aos marajás”, responsabilizando o tamanho do Estado, suas atribuições e salários dos servidores pela crise e inflação por qual o país passava. Ademais, atribuindo à política pública a competência de serviço a ser prestado por organizações privadas, que segundo ele seriam “melhores e mais eficientes” fortalecendo assim a privatização das estatais e o controle dos gastos públicos. Enfim, a abertura da economia. Porém antes que conseguisse objetivar seus planos foi deposto num processo de impeachment, sendo substituído por Itamar Franco, seu vice presidente.

Nesse sentido buscaremos apresentar as transações econômicas que acompanharam as orientações que FHC seguiu a partir dos organismos internacionais e que o governo do PT deu andamento na segunda gestão do presidente Lula. Sua primeira gestão (2003-2006) conteve-se em atender demandas mais emergenciais da classe trabalhadora mais pauperizada, sem fazer ajustes fiscais, mantendo os acordos financeiros em certa medida abaixo de qualquer possibilidade de prejuízo de rápida percepção. Ou seja, não atacou direitos ou reduziu condições de organização, mas

atendeu os movimentos sociais para diálogo, assim foi com os sindicatos e movimentos culturais criando, através de portaria, Secretarias e assinando cartas internacionais de Direitos Humanos. O que foi se enfraquecendo em efetividade a partir do segundo mandato e invertendo-se em fortalecimento do grande capital como veremos a seguir.

Segundo Paulani (2004) o governo de Itamar começa o processo de abertura internacional de capitais e desregulamentação do sistema financeiro brasileiro, quando em 1992, a diretoria da área externa do Banco Central se encarrega de tal desregulamentação numa negociação dinamizando pendências de 1987. Assim, implementa mudanças de peso no sentido de preparar o país para sua inserção no circuito internacional de valorização financeira.

Com as mudanças implementadas por Itamar o Brasil consolida a liberalização financeira, garantido o trânsito dos capitais internacionais, criando condições de maximização no aproveitamento das políticas monetárias, lançando títulos de dívidas cotados no exterior. Confirmando o país como um bom candidato para investimentos em valorização financeira e atingindo a esfera da acumulação de capital financeiro.

No governo Itamar surge o Plano Real, como promessa de estabilização e valorização da moeda, controlador da alta inflação. O plano real foi apresentado pelo então Ministro da Fazenda, FHC. O governo, naquele momento precisava se legitimar por controlar a inflação e salvar o país de qualquer maneira. E consegue amenizar a oscilação dos índices inflacionários e estabiliza esses índices com a valorização da moeda brasileira no governo seguinte, agora FHC. Não sem uma alta taxa de juros.

O governo FHC, em nome da abertura da economia e redução dos gastos públicos, tais gastos foram o principal responsável pela crise e inflação sofrida naqueles anos de transição entre governo militar e democrático. O presidente implementa

privatizações de estatais, uma contrarreforma no Estado que atinge sobremaneira as políticas sociais, principalmente a Previdência Social. Em maio de 2000 a partir da Lei Complementar nº 101 (Lei da Responsabilidade Fiscal – LRF) estabelece uma hierarquização do fundo público¹¹ para com as políticas sociais, garantindo preocupação central com dívidas do setor financeiro.

Diante dessa conjuntura o governo federal cria estratégias de orientação para o fundo público favorecendo o grande capital. No mesmo ano surge a Desvinculação de Receitas da União (DRU) autorizando desvio de grande parte do orçamento das contribuições sociais para alocação sem programação no que se estabelece como Plano Pluri Anual, o PPA. Segundo Salvador (2010), mais tarde estudiosos confirmam que esses recursos estavam sendo deslocados para o mercado financeiro. O desvio de recursos tributários, a princípio era chamado de Fundo Social Emergencial (FSE), em 1994, depois de Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) em 1996, e por fim a DRU, em 2000.

¹¹O Fundo Público jamais deveria ser usado para pagamento de endividamento com instituições financeiras. O Orçamento Público é regularizado via Constituição Federal (1988) e, Salvador (2010), apesar de o nosso país ser signatário, desde 1991, do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) da ONU, promulgado a 6 de julho de 1992 e que os Estados estão obrigados a incorporar os princípios deste Pacto em sua legislação nacional, além de reservar recursos para efetivar tais direitos. O Brasil e o mundo vêm fazendo movimento contrário. Entende-se, através deste pacto e da constituição que orçamento é um instrumento privilegiado de efetivação desses direitos. Para, além disso, existe uma compreensão óbvia de que é o sistema tributário que vai assegurar os recursos para a construção dessa consolidação de direitos.

Porém, no contexto da onda neoliberal da década de 1990, o Brasil abre as portas para o mercado financeiro a fim de buscar estabilidade monetária com o Plano Real e garantir um espaço no mercado financeiro internacional. Nesse sentido, o país passou por uma série de transformações macroeconômicas de ajuste fiscal, priorizando o pagamento da dívida pública, por meio de uma imposição do Fundo Monetário Internacional (FMI) ao país, mediante um empréstimo que aquele fez a este, no valor de 41 bilhões de dólares no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). Em 1998 o Brasil, segundo mandato de FHC, assina acordo com o FMI para que o mesmo pudesse garantir reservas financeiras aos credores, empresas nacionais e transnacionais no país. E essas reservas, incrivelmente seriam parte das contribuições destinadas às políticas sociais.

O objetivo da DRU “era realocar recursos dos fundos públicos para livre aplicação dos condutores das políticas econômicas” (SALVADOR, 2010: p. 370). Isso se contrapõe às conquistas sociais que se concretizaram na Constituição de 1988, fazendo com que os direitos sociais se tornassem cada vez mais sucateados. Pode-se dizer que as políticas sociais de assistência social, previdência, saúde e educação foram as mais afetadas pela DRU.

Salvador (2010) alerta que é importante observar o desvio de fundos das políticas, e que, por exemplo, no período de 2000 a 2007 foi retirado da educação de R\$ 45,8 bilhões para o orçamento fiscal. O valor arrecadado dos impostos federais para a Educação, segundo a constituição é de 18% dos mesmos. Todavia, esse valor é calculado depois que a DRU desvia os recursos. Salvador aponta, ainda, que entre 1994 e 2006 foram desviados, só da política de educação, em R\$, cerca de 72 bilhões. (SALVADOR, 2010 p. 370, apud IWASSO e CAFARDO, 2007). O autor afirma que por via DRU a Educação sofreu uma redução, só no ano de 2007, de 5%. Sendo assim, o que deveria ser 18% dos impostos federais a serem aplicados na educação, foi de 13%. Esta medida tem, em sua regulamentação um caráter provisório. Ela é aprovada a cada 4 anos.

Dessa maneira, apreende-se que as medidas de contrarreforma que compuseram o governo de FHC, seguidas e consolidadas por Lula, compõem um imenso aparto de reestruturação e refuncionalização do Estado. A diferença entre os governos de FHC e Lula reside na legitimação desse mesmo Estado refuncionalizado.

Com o desmonte generalizado, a privatização de algumas estatais e índices altíssimos de desemprego, a retomada da política social como ação do Estado foi uma estratégia de conquistar consenso para a nova ideologia da era neoliberal. Segundo

Mota (2010), a estratégia foi usar possibilidade de crescimento econômico e fazer crer que era compatível como desenvolvimento social. Estratégia de construção de hegemonia.

Dessa maneira, após oito anos de governos FHC e restrições severas para a classe trabalhadora, a nova gestão do Estado retoma o discurso de que as necessidades das camadas mais sucateadas da população seriam atendidas, fortalecendo o crescimento dos índices de consumo da população.

Essas ações pressupunham o aumento do número de postos formalizados de emprego, programas assistenciais de transferência de renda para os mais vulneráveis, bem como acesso à educação de nível superior para jovens pobres.

As ações do primeiro governo Lula atenderam aos anseios da classe trabalhadora e às reivindicações das elites dominantes num mesmo momento, foram “as reformas da previdência e da educação, concomitantemente ao aumento das taxas de juros; enquanto no mesmo período era expandida a assistência social, o crédito ao consumidor, os empréstimos populares e os aumentos do salário mínimo”. Mota (2010: p. 35). A autora nos alerta que

o que presenciamos é a pedagogia da *socialização da sociedade*, em que as demandas dos “de baixo” são atendidas no âmbito da pequena política como meio de sitiar a grande política. Este movimento comporta a convivência com os novos movimentos sociais e com algumas das reivindicações de necessidades sociais, como o acesso à renda e ao consumo (MOTA, 2010: p. 36 apud Coutinho, 2010 – grifos da autora).

As políticas neoliberais com disfarce de desenvolvimento foram muito bem vindas no momento em que a população estava mergulhada numa imensa escassez de recursos e ganhos reais com o trabalho. A política neoliberal havia fomentado índices elevadíssimos de desemprego dos trabalhadores. De acordo com Sicsú (2014) os

dados para mensurar o efeito do resultado das políticas do governo Lula e Dilma, nos governos do PT, revelam o que ele chama de “incrível ação do governo no que tange as políticas para o trabalho”. Se comparadas com os resultados do governo FHC os números são mais que atraentes, entretanto o autor reconhece o caráter vulnerável e focalizador de exclusividade do consumo. (SICSÚ, 2014: p. 85)

Sicsú (2014) acredita que o fato de os empresários terem sido socorridos pelos bancos públicos no momento em que os bancos privados aumentaram os juros em decorrência da crise de 2008/9 foi um bom sinal para o país. O autor chama a atenção diferenciando que o que o governo Lula fez com o serviço público tratava-se de concessão à iniciativa privada e que isso não seria o mesmo que privatizá-lo. Aponta ainda que o governo do partido dos trabalhadores superou em muito o governo de FHC por ter construído 16 universidades federais e aberto concursos públicos para docência no nível superior, entre outras ações.

Para Sicsú (2014), além de tudo, o governo de Lula criou os Programas de Aceleração do Crescimento (PAC) e o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) que fomentou o crescimento da indústria de construção civil e com isso, ainda, deu emprego a centenas de engenheiros formados na década de 1990. Reconhece, porém, que essas ações tornaram as cidades insustentáveis. Somente este Programa (MCMV) construiu cerca de 1.418.743 unidades habitacionais. Além da política habitacional e universidades, o governo construiu também 38 unidades de Ensino Superior, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF). Para Sicsú os futuros governos terão muitos desafios por conta do legado deixado pelo governo do PT.

Para Mota (2010) a política realizada pelo governo do PT reduz as condições da pobreza e viabilizam acesso aos bens e serviços através do mercado, afinal trata-se de

fortalecimento na valorização do salário e programa de transferência de renda como do Programa Bolsa Família para que os trabalhadores possam consumir itens básicos de sobrevivência. Porém, a autora chama a atenção para a desigualdade relativa e aponta em números concretos que o governo viabilizou enriquecimento para poucos e apenas a saída da miséria absoluta para boa parte da classe trabalhadora e isso é uma relatividade negativa. A autora apresenta um comparativo das rendas do trabalho e dos rendimentos por juros e outros rendimentos do capital. No caso do Programa Bolsa Família foram pagos cerca de R\$ 13 bilhões de reais enquanto aos juros de títulos públicos cerca de R\$ 380 bilhões.

A política de valorização do salário mínimo foi um grande diferencial nas políticas realizadas dos últimos dez anos. Pois desde o primeiro governo FHC (1995), quando o país atravessava uma grande crise fiscal e altas taxas de inflação, a população padecia com a falta de itens básicos para manutenção e provimento da vida. Essa política de valorização do salário mínimo foi elaborada durante o governo de Lula e implementada no primeiro governo de Dilma, em 2007.

Segundo Sicsú (2014) foi através da pressão dos movimentos sindicais que a política se realizou. No governo de FHC o discurso era de que os empregos formais geravam muitas despesas ao empresariado e a valorização do mínimo faria com que a informalidade do trabalho aumentasse, a solução seria reduzir direitos trabalhistas para que os empresários não demitissem os trabalhadores.

Durante o governo que defendia essa lógica a economia permaneceu relativamente em baixa, após o primeiro governo Lula a economia começa a crescer e a empregabilidade formal aumenta. Com a valorização do mínimo, cresceu o setor de

crédito para as famílias e também para as empresas, embora as políticas não tenham sido de cunho macro, como política de redução de juros e investimento público.

Entretanto o cenário se altera no segundo mandato de Lula (2007/2011). Sicsú (2014) aponta que os principais fatores do crescimento econômico no segundo mandato foram o consumo e os investimentos públicos e privados. Ademais, o autor chama a atenção para o investimento realizado na maior estatal do país, a Petrobrás, que no ano de 1995 tinha o equivalente a R\$ 5 bilhões em investimentos e passa a R\$ 45 bilhões em 2010.

Por conta do crescimento do número de postos de trabalho no país, cerca de um milhão e meio de beneficiários do Bolsa Família desistiram do programa. Para este autor é uma questão de estabilidade de emprego, inclusive para movimentar o sistema financeiro. Os trabalhadores, nos últimos anos têm feito empréstimos bancários e para o autor isso é bom, porque antes apenas as classes mais elevadas e grandes empresas podiam realizar endividamento bancário. O volume do crédito também cresceu nos últimos dez anos. Na verdade, mais que dobrou, segundo o autor. Sicsú (2014) E a fidelidade dos trabalhadores e empresários geram, inclusive, redução nas taxas de juros. As taxas em capital de giro eram de 42,3% em 2002 e em 2012 cai para 18%. A queda na inadimplência aumentou durante os governos de Lula e Dilma, de 2005 a 2012 o total foi de 53,5% anuais enquanto em 2004 era 25,7%.

O que mais chama a atenção é o fato de que os números apresentados pelo economista demonstram um volume de circulação de dinheiro consideravelmente grande, mas como o próprio pesquisador sinaliza, foram milhões de brasileiros que eram quase excluídos dos mercados de bens e serviço que se transformaram em consumidores. Para o estudioso foi esse consumo varejista, no mercado doméstico,

como os economistas chamam, que garantiu que o Brasil saísse, nas palavras do autor “com alguns arranhões da crise de 2008/9”. Ou seja, os trabalhadores como maioria garantiram que o capital se acumulasse, embora seu poder de consumo fosse baixo. Evidencia-se aí a política de manutenção das taxas de acumulação do grande capital. Ademais, houve ainda, um fomento da indústria automobilística, que cresceu três vezes no governo do PT. Segundo Sicsú (2014), o Brasil produzia 1,7 milhões de carros em 2003 e passa para 3,4 milhões em 2011. Sicsú atenta para o fato de que esse crescimento é importante para a geração de postos de trabalho.

Para Mota:

o fato é que a partir do governo Lula da Silva, o atendimento de parte das reivindicações e necessidades das classes subalternizadas se faz afastando-se dos referenciais classistas de socialização da riqueza socialmente produzida. Por isso, as respostas à luta social e histórica contra a miséria e a desigualdade social se deram com estratégias que negam o antagonismo das classes, obtendo assim, o consentimento ativo e passivo de grande parte dos “trabalhadores” e do “lumpem”. Ao *desistoricizar* a pobreza – não problematizá-la como vaticínio e destino, mas tratando-a como um fenômeno que pode ser gerido através de políticas compensatórias -, tornou-se possível atender algumas necessidades imediatas das classes trabalhadoras, sem romper com as exigências das classes dominantes (Mota, 2010: p. 37 – grifos da autora)

Durante os dez anos de governo do PT houve redução da desigualdade regional no Brasil. Houve crescimento no Nordeste (5% em média), 5,6% no Norte, 4,5% no Sudeste, além de Tocantins e Rondônia que cresceram 7% ao ano, durante esse período. Para Sicsú (2014), o que o brasileiro precisa agora é bem estar, saúde pública de qualidade, educação formal de qualidade, transporte barato e eficiente, iluminação pública, coleta de lixo, saneamento, segurança pública, água potável, etc. Esse desafio mais parece uma lógica anterior ao poder de consumo, pois como pode o trabalhador ser um potencial consumidor sem saneamento básico e saúde de qualidade? Segundo

o autor, o brasileiro precisa de bem estar socializado e isso decorre de políticas públicas básicas como coleta de lixo.

Se por um lado as políticas econômicas têm inserido o trabalhador na esfera do consumo, como ordena a lógica do Estado mínimo, que voltado para as garantias econômicas tem assegurado a acumulação capitalista, por outro lado as políticas de seguridade e educação sofreram enorme golpe durante os atuais governos no Brasil. Pois, conforme apontaremos no tópico a seguir, a população brasileira nunca teve uma política de Bem Estar Social, se analisarmos por essa ótica, veremos que a situação é ainda mais grave quando localizamos a intensa privatização que vem sofrendo as políticas sociais no país.

Para Mota (2010), a era Lula trata-se de uma contrarreforma que:

ao mesmo em que se constituiu a restauração das bases da acumulação sob a égide do *bom capitalismo*, também se apresenta como uma “reforma social e moral” porque, desta feita, algumas das necessidades da pobreza são atendidas sem que isso signifique romper com a desigualdade e colocar em questão a exploração capitalista. Este movimento, uma resposta revisionista à ortodoxia neoliberal, teve a incidência direta sobre a formação da sociabilidade, ou seja, sobre a reeducação das massas, visando a consolidação de um capitalismo de face humana e um conformismo capaz de assegurar o consenso em torno da chamada *terceira via*(p. 38 – grifos da autora).

2.1.1 Seguridade Social nos governos neoliberais do PT: Assistencialização da proteção social pública.

No tópico anterior, buscamos realizar um balanço acerca dos governos neoliberais dos presidentes FHC, Lula e Dilma, que não romperam com a orientação macroeconômica mundial, de flexibilização das políticas sociais e do mundo do trabalho. Agora veremos no Brasil os desdobramentos dessa flexibilização na esfera da seguridade social.

Segundo Mota (2008), a ditadura empresarial-militar abriu um campo de exploração mercadológica das políticas de saúde e previdência ao conceder isenções fiscais a empresas que ofertassem benefícios sociais aos trabalhadores; também franquearam a existência de Fundos de Pensão e a então Medicina de Grupos, marcando que garantiram uma expansão da seguridade em moldes fragmentados. Veremos que após a promulgação da Constituição Federal de 1988, contendo princípios públicos e diretrizes universalizantes para a seguridade social, não interrompeu a venda de seguridade inaugurada no período militar. Esta passou a ser usada com o título de complementariedade.

Poucos anos após a chamada redemocratização do país, o primeiro governo de FHC iniciou a desregulamentação das políticas de seguridade social a partir da criação de peças orçamentárias previstas em leis; conforme elucidamos no tópico anterior. Os governos seguintes, de Lula e Dilma, completaram esta desregulamentação e inauguraram a expansão da assistência social na seguridade.

A partir de meados da década de 1990, as elites dominantes do mundo inteiro entram em estado de alerta com uma nova crise na acumulação ampliada do capital, crise que se apresenta com a queda das taxas de lucro e passa como vimos no primeiro capítulo, a buscar como resposta para esta crise um novo modelo de acumulação assentado em relações flexíveis no mundo do trabalho.

Os efeitos desastrosos desta resposta que nos países industrializados fez surgir uma enorme massa de desempregados fazem surgir o social-liberalismo, um neoliberalismo com o tom de preocupação social. Castelo (2008) vai nos dizer que os neoliberais e seus intelectuais coletivos (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, Organização Mundial do Comércio - OMC, MI) parecem optar

por estabelecer uma relação “humanizada” com as expressões da “questão social” nesse momento de crise na acumulação capitalista.

Nessa perspectiva, os principais agentes das finanças do mundo passam a defender uma globalização com “face humana”. Segundo Castelo (2008), surgem no Brasil vários estudos sobre a “questão social” patrocinados por agências multilaterais de desenvolvimento, fundações privadas, igrejas, ONGs, etc. O autor aponta pesquisas feitas no Brasil, em instituições de ensino superior (Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Pontifícia Universidade Católica-PUCRio, UFRJ) que chamam a atenção acerca da pobreza no país, apontando que existe um imenso bolsão de miséria no Brasil. Tais pesquisas alegam que a causa de tanta miséria é a desigualdade na distribuição dos recursos nacionais e das oportunidades de inclusão social. Além disso, afirmam que o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres. Segundo Neves (2001) encontra-se situada aí parte da estratégia de pedagogia da hegemonia dos social-liberais que fizemos alusão no capítulo anterior.

Para corroborar a necessidade de implantação de políticas para as camadas mais pobres no país (CASTELO, 2008), esses intelectuais afirmam textualmente que “a pobreza não está relacionada à escassez absoluta de recursos, mas na péssima distribuição de renda entre as famílias brasileiras.” (CASTELO, 2008: p. 26 apud BARRO *et tal.*, 2001). Apontam, ainda, que cerca de 90 milhões de pessoas estão na linha abaixo da pobreza. Para Castelo (2008), essas publicações sinalizam a decadência do pensamento burguês, uma manobra para produzir consenso entorno da ideologia neoliberal de medidas paliativas para atenuar os efeitos sociais da acumulação do capital.

Essa correspondência acadêmica do Brasil com as orientações das elites dominantes internacionais indica o fortalecimento de alternativas de “correção” do discurso neoliberal. Desse modo, o Brasil acata com essa perspectiva um Estado cuja função seria a de preservar as políticas macroeconômicas neoliberais (abertura da economia para o capital externo, taxa de juros elevadas, câmbio flexível e austeridade fiscal) e ao mesmo tempo operacionalizar em parceria com o setor privado políticas sociais emergenciais, focalizadas e assistencialistas. É nesse momento que se dá o início da expansão da política de assistência social e o aprofundamento da precarização das demais políticas da seguridade social afirmadas na Constituição de 1988, por meio de intensa privatização das políticas de previdência e de saúde.

Foi dessa maneira que o Estado neoliberal, consolidado no governo FHC com as contrarreformas, apresentara o projeto de democracia no Brasil. Naquele governo foram consolidados projetos que vinham sendo decretados desde 1959 (Lei nº 3.577/59), num esforço de desregulamentar a obrigatoriedade de políticas estatais flexibilizando a extensão das políticas de serviço social às instituições ditas sem fins lucrativos e com fins filantrópicos. É o caso de leis do período pós-ditadura que conferiram isenções fiscais às “entidades beneficentes que promovam a assistência social, inclusive educacional ou de saúde, a menores, idosos, excepcionais ou pessoas carentes.” (BRASIL, 1991)

Também nesse momento se extingue o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) e é criado o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e regulamentado o Certificado de Entidades de Fins Filantrópicos (CEFFF) num decreto (nº 752) de 1993. Em 1999 surge a lei (9.790 março de 1999), que qualifica as ONG's como OSCIP's abrindo a possibilidade de formalizar e generalizar a mercantilização das

políticas sociais dispondo qualificação de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, como organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria Público-Privado¹².

A Lei Orgânica da Seguridade Social (Lei 8.212/91) distorce o conceito de assistência social beneficente estendo às entidades de educação e saúde a possibilidade de atividade enquanto tal, fragilizando direitos que deveriam ser estruturalmente assegurados como política pública estatal. Já o decreto 752/93 consolida de uma vez por todas a inversão do significado da coisa pública, mercantilizando os serviços sociais e transformando, assim, seus usuários em consumidores de serviços.

Por sua vez, o governo do PT, ampliou e solidificou essas ações generalizando essa medida privatizante a toda rede de atendimento “público”, ao oficializar essas entidades na execução de tais políticas.

A dita expansão da assistência social ocorre no período de consolidação da hegemonia do capital financeiro, quando já estava em curso o processo de desindustrialização e grandes camadas de trabalhadores e tornadas vulneráveis passam a ser alvo das políticas públicas de saúde, previdência e educação assistencialistas, um quadro de intensificação do sucateamento e de desregulamentação trabalhista.

Os governos de Lula da Silva (2003-2010) não atenuaram a terceirização e as diferentes formas de precarização do mundo do trabalho típicas do MPC contemporâneo. Permanecem dominantes as formas precarizadas e flexíveis de

¹² Atualmente a rede de saúde está generalizadamente sendo administrada por essas Organizações chamadas de Organizações da Sociedade Civil de interesse Público e que por isso recebem recursos públicos, isenções fiscais, como no caso das Instituições de Educação Superior que veremos adiante.

inserção no trabalho, inclusive com salários distintos, também fragmentando a organização política dos trabalhadores.

Esse processo de intenso sucateamento do mundo do trabalho é por sua vez acompanhamento de uma ampliação da mercantilização e da privatização das políticas sociais. É o caso dos seguros de saúde¹³ e também da previdência complementar, ofertadas em diversas modalidades para trabalhadores com alguma estabilidade formal.

Com o fortalecimento dos seguros de saúde, seja em isenções fiscais, seja em repasse direto de verba, pois as empresas de seguro recebem incentivos do Estado, o Sistema Único de Saúde (SUS) vem sofrendo com uma política de sucateamento e de terceirização dos seus recursos humanos, contratadas por várias formas de vínculo: estatutários, terceirizados e através da Consolidação da Lei do Trabalho (CLT).

Mota (2008) analisa o significado da expansão da política de assistência num contexto no qual as outras duas políticas que compõe a seguridade social são objetos da privatização, sucateamento e mercantilização. A política de assistência social que se encontra expande e assume papel principal, não só é capaz de responder às expressões mais complexas da “questão social”, também não permite que a classe trabalhadora acesse outros direitos, como direito ao trabalho. Além disso, a autora aponta para o fato de que

[...] a expansão da política de assistência realoca duas questões: o retrocesso no campo dos direitos já consolidados na esfera da saúde e da previdência e a relação entre trabalho e assistência social em tempos de desemprego e precarização do trabalho (Mota 2008: p. 137).

¹³Sobre o desmonte e inflexão da política de saúde ver Maria Inês Bravo: “A Saúde no Brasil: A Reforma Sanitária e Ofensiva Neoliberal” - In Política Social e Democracia, 2001.

Além disso, ela condiz com a atual estratégia do Estado neoliberal de promover ações compensatórias àqueles mais pauperizados, numa forma de prover necessidades imediatas ao mesmo tempo em que impõe condicionalidades no acesso aos benefícios sociais e materiais nos casos de afastamento do trabalho por doenças, acidentes e desemprego temporário. centrando a política de assistência no papel exclusivo de seguridade.

Além desta expansão da assistência convergir com a precarização do trabalho e flexibilização da legislação trabalhista, ela é compatível com as medidas criminalizadoras de políticas de segurança pública gestadas em tempos de crise do MPC e que submete a população pobre de territórios periféricos das grandes cidades e a intensificação de medidas coercitivas do Estado num contexto em que as taxas de lucro estão em queda.

É importante sinalizar quais os seguimentos de trabalhadores mais sofrem com essas políticas: sua faixa etária, raça, gênero e cor que são os alvos do Choque de Ordem, Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), Tolerância Zero, que criminalizam os pobres em geral, como exemplifica o Estado do Rio de Janeiro. Essa lógica assistencial-penal recai sobre a camada mais empobrecida dos trabalhadores (o exército de reserva), aqueles com menos acesso à educação, ao trabalho formal; moradores de favela e toda a periferia das grandes cidades do Brasil. Em 2012 morreram 56.337 pessoas no Brasil vítimas de violência. Entre elas 30 mil eram jovens. Sendo que 77% eram jovens negros (pretos e pardos) entre 15 e 29 anos e 93,3% do sexo masculino.¹⁴

¹⁴Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial 2014 e Relatório Juventude Viva 2015 (Trabalho em Parceria da Organização da ONU para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)

Trata-se extrato da população trabalhadora considerada “população perigosa” do país, para quem a política de segurança pública é pensada. Tem-se que o Estado Penal constitui uma resposta “às desordens pela desregulamentação da economia, pela dessocialização do trabalho assalariado e pela pauperização relativa e absoluta de amplos contingentes do proletariado urbano, aumentando os meios [...] do aparelho policial [...]” (WACQUANT, 2001: p. 10)

No decorrer do desenvolvimento do MPC, a cada configuração de uma nova reestruturação produtiva é demandada às políticas sociais, também, uma reestruturação. Matam-se na raiz as aspirações do que previa a CF 1988 e, assim, atende-se às demandas do novo modelo de acumulação, além de se promover grande desigualdade no acesso à proteção social entre as várias frações da classe, instaurando-se a “dualidade discriminatória entre os que podem e os que não podem pagar por serviços sociais, com contenção, limitação e desintegração da seguridade social, e articulação entre assistencialismo e mercado livre.” (MOTA, 2008: p.157 apud NETTO 2007).

Mota (2008) alerta que, entretanto, não é possível negar a importância do desenvolvimento da política de assistência.

Salvador (2010) numa linha de análise congruente com a de Mota indica que na medida em que o neoliberalismo avança se pode perceber uma alocação maior de verba na função da política de assistência social em contraste com encolhimento nas

outras funções¹⁵ como da previdência. Trata-se de “uma fase na qual a Assistência Social, mais do que uma política de proteção social se constitui num mito social” (MOTTA, 2008: p. 141) também sinalizar as contradições deste fenômeno.

Assim, Salvador (2010), demonstra como de 2004 a 2007, os gastos com a assistência social superam as despesas orçamentárias com a Educação, expressando a elevação um crescimento de 51,16% relacionado com o Programa Bolsa Família.

Não foi possível realizar uma reflexão mais detalhada acerca da execução do orçamento público no que tange as suas funções orçamentárias de seguridade da educação, habitação, saneamento básico, as políticas de interesse da maior parcela da população, mas é possível sustentar que a sua execução está muito aquém do que o programado no Plano Pluri Anual¹⁶ (PPA) do fundo público, da seguridade social uma gigantesca parcela do montante que deveria expressar de fato a realização dos direitos sociais está sendo flexibilizada para as finanças capitalistas. O fato é que esses direitos estão sendo postos em risco com os contingenciamentos bem como com a desvinculação autorizada covardemente pela peça orçamentária da DRU, desde 1994.

É importante apontar também o montante que, habilidosamente, é vinculado à função da assistência social, mas que se trata de despesas de auxílio creche, alimentação, moradia, transporte, etc de servidores públicos, que só em 2007 contabilizaram R\$ 934 milhões. Portanto, deveriam ter sido contabilizados no orçamento fiscal. Também segue centralizado o auxílio saúde dos militares (cerca de R\$ 1,2 bilhão, em 2007) na função do SUS.

¹⁵Para entender as funções orçamentárias o funcionamento do fundo público, suas leis, diretrizes, proposições originais contidos na CF 1988 ver Evilásio Salvador Fundo Público e Seguridade Social no Brasil, 2010.

¹⁶Artigo 165 da CF 1988: Plano Pluri Anual: Trata-se das prioridades definidas pelo governo para o período de quatro anos.

O que significa dizer que só em 2007, segundo Salvador (2010), foram contabilizados cerca de R\$ 2,1 bilhões nas contas do SUS e da Assistência Social, mas que na verdade não foram gastos com essas políticas, o que configura a intenção de maquiar no orçamento da união, uma tentativa de escamotear o ataque aos direitos sociais, promovido pelas elites dominantes desse país, o que tem tornado cada vez mais difícil a análise do orçamento público quer seja por estarem alocados às rubricas de cada era de forma desordenada nos livros da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) quer seja pela intenção mesmo de ocultá-los.

Para o autor o mais preocupante é a análise do financiamento público da previdência, pois nos livros da STN, em 2007, consta declarado que foram desvinculados dessa função cerca R\$ 38,6 bilhões através da DRU, ao mesmo passo que se registra, no mesmo ano e no mesmo livro, um déficit de R\$ 23,4 bilhões. Ora, a afirmação de que a previdência é deficitária é facilmente desmentida, uma vez que essa contabilização é realizada após a retirada da verba autorizada na DRU.

Na verdade os recursos da previdência, segundo o autor, simplesmente foram “surrupitados”, posto que a previdência, ao contrário, teve cerca de R\$15,2 bilhões de superávit.

O Estado neoliberal flexibiliza, inclusive o Orçamento Público ao fazer as receitas dos contribuintes fluírem feito água em rio leve corrente para a esfera financeira, para as supostas dívidas externas e internas, enquanto trata como mão de ferro as necessidades da população brasileira ao privá-los dos bens que sociais, culturais e econômicos¹⁷ que necessita.

¹⁷Ver Leda Paulani e Christy Pato Artigo Investimento e Servidão Financeira: O Brasil do Último Quarto Século In Adeus ao Desenvolvimento, 2005.

Ainda que o crescimento econômico induzido pelo Estado neoliberal tenha atendido a algumas das reivindicações das classes subalternas assegurou as exigências das classes dominantes com medidas intensas de privatização e mercantilização acabando por consolidar a cidadania do consumidor, especialmente na educação superior, que discutiremos na seção a seguir.

Os dados analisados por Salvador (2010), que apontam que entre 2000 e 2007 foram desvinculados dos recursos da união R\$ 278,4 bilhões para o orçamento fiscal demonstram que a seguridade social possui um papel significativo na formação do superávit primário. Grande parte deste montante é composta pelos recursos que deveriam ser exclusivo da seguridade social. Esse montante é desvinculado, assim como no campo da Educação, para o pagamento da “dívida pública”¹⁸. Desde o governo de FHC até os dias atuais, a DRU vem instituindo como estratégica no ajuste fiscal que atende ao interesse do grande capital.

E Behring (2010) afirma e constata que

O fundo público mostra também que chegamos a uma espécie de ponto sem volta, no qual a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção apresenta-se da forma mais dramática, constituindo a sua alocação perversa para o capital em vez de uma destinação para a proteção das maiorias trabalhadoras, a expressão mais contundente deste drama. A crise em curso apresenta saídas capitalistas regressivas e bárbaras, socializando seus custos a exemplo da forte ofensiva contra os salários e os direitos sociais, talvez ainda maiores que a dos anos de emersão do neoliberalismo, especialmente nos países onde esses direitos tiveram mais consistência e força em punção da configuração da luta de classes (p. 33).

¹⁸Conferir estudos realizados pela pesquisadora Maria Lucia Fatorelli e equipe no sítio: <http://www.auditoriacidada.org.br/>.

2.1.1.1 Ensino Superior nos governos neoliberais do PT: privatização e mercantilização do ensino e expansão degradada das matrículas nas Instituições Federais de Ensino Superior

Até aqui realizamos um resumo e fizemos o balanço acerca dos governos neoliberais dos governos FHC, Lula e Dilma. Vimos que esses governos realizaram sofisticada inflexão nas políticas sociais mediante orientação de organismos externos, propósito de uma política macroeconômica neoliberal. Essas ações vislumbram reordenar as políticas que funcionam como resultantes de forças sociais que refletem a correlação entre elas. Ou seja, são iniciativas que pretendem alterar valores políticos contidos em políticas públicas de saúde e educação transformando-as em meras mercadorias.

Nesta seção discutiremos a privatização das instituições públicas de ensino superior ainda em curso e formalizada nos cursos de pós graduação; a mercantilização da educação universitária através do sistema de Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que absorveu 13 bilhões em 2014 R\$, R\$ 18 bilhões em 2015 e em 2016, absorverá R\$ 21 bilhões; bem como a alargada ampliação através da parceria público-privada do Programa Universidade para Todos (PROUNI). Discutiremos também o sucateamento promovido nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) com a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

As medidas de expansão do ensino superior que vem sendo tomadas na política de Educação se reproduzem desde a criação através da Emenda Constitucional n. 1 de

1969 à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 1961. Tal lei conferiu isenções fiscais ainda no período da ditadura empresarial militar, deixou estabelecida a proibição de cobrança de impostos às instituições de ensino superior do setor privado. Para Leher (2010), essa emenda abre o caminho da privatização, que segundo o autor, entre 1960 e 1980 foi incentivo para a criação de 1,4 milhões de vagas. Naquele momento houve um aumento de 800% das instituições privadas da educação superior.

A expansão atual das matrículas no setor privado supera o quantitativo daquele momento, e hoje se dá através de três tipos de medidas: programa de expansão das vagas no setor privado através de Cotas, PROUNI¹⁹, em que os estudantes recebem descontos nas mensalidades; isenção total das mensalidades e bolsas de assistência estudantil durante todo o curso, dependendo de sua nota de ingresso e manutenção dessa nota; existe o FIES²⁰ que representa a mercantilização; e a expansão nas Universidades Públicas, através do REUNI²¹.

Segundo Leher (2003) todas essas políticas são orientadas pelas agências multilaterais (BM, FMI, OMC, UNESCO), além da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em cujo grupo o Brasil é signatário. A orientação é para que os governos na periferia do mundo deixem de investir em educação superior público e passem a investir, fundamentalmente em educação elementar.

¹⁹Lei 11.096/2005 - Programa Universidade para Todos – PROUNI: Sua finalidade é concessão de bolsas para egressos do de escolas públicas ou privadas que foram bolsistas integrais. Atualmente existem 1.496.625 matrículas subdivididas em Instituições: 57% entidades com fins lucrativos, 26% Beneficentes de Assistência Social e 17% Sem fins lucrativos não beneficentes.

²⁰Lei 10.260 de julho de 2001 - Fundo de Financiamento de Ensino Superior – FIES. Entre 2010 e 2014 repassou R\$30 bilhões aos grupos privados. Só em 2014 foram 1,9 milhões de matrículas nos três maiores grupos: Ser Educacional, Kroton-Anhanguera e Estácio.

²¹Decreto 6.096 - 04/2007 O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI: alocou entre 2007 e 2011 R\$ 2,8 bilhões em 63 IFES. Até 2012 as matrículas contabilizadas eram 833.934 (23% a mais que o planejado). Além disso, foram abertos 1,7 mil novos cursos. Colapso vivenciado pelo país em momento de greve que durou de maio a outubro de 2015.

A menos que sejam implementadas reformas para melhorar o desempenho da educação superior, muitos países estão destinados a entrar no século XXI despreparados para competir na economia global, em que o crescimento estará cada vez mais baseado no conhecimento técnico e científico (LEHER, 2008 p. 425 apud BM-UNESCO, 1994 p. 25).

Tais organismos alegam que a universidade pública gasta muito dinheiro e não dá retorno satisfatório(Leher, 2008), uma vez que na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) países periféricos como o Brasil, países em desenvolvimento que não produzem tecnologia, alocados em setores de produção menos complexa, assentados na exportação do agronegócio, de matéria prima com baixa tecnologia, deveriam se ocupar exclusivamente com ensino elementar uma vez que a vantagem da América Latina, Ásia e África quando comparadas com nações desenvolvidas é o baixo custo da mão de obra, da energia e da matéria prima.

Leher (2008) aponta que há uma insistência por parte destas agências em publicar vários relatórios argumentando acerca da desindustrialização sofrida na década de 1990 defendendo que a Educação na América Latina sofra uma “reforma” estratégia que dispense investimentos de quadros complexos na intelectualidade uma vez que os países latino-americanos não exportam tecnologia de ponta. Ainda, segundo Leher (2008), em tais relatórios podemos encontrar a seguinte afirmação:

a) a educação superior para grupos desprivilegiados deve ser substituída por treinamento de baixo custo; b) os países, incluindo os “desprivilegiados”, estarão aptos a competir no mercado global; e c) se alguns países não alcançarem esse patamar, será por culpa dos próprios (LEHER, 2008 p. 425 apud BM-UNESCO p. 13).

É nesse quadro que se fortalece a expansão das instituições privadas. E é durante os anos 2000 que o ensino superior no Brasil passa por uma série de transformações legislativas e regulatórias, que incorporam as orientações dos organismos internacionais, como nas outras políticas públicas discutidas no tópico

anterior. As ações vão desde a criação de programas como o FIES à reestruturação da carreira do servidor público federal, esta por conta da flexibilização das leis que passam a reger o ensino superior.

Além da privatização generalizada da educação superior algumas medidas impactam a formação universitária para além da graduação, privatizando cursos de especialização(pós-graduação *lato sensu*), bem como a criação de cursos à distância, através da Educação à Distância (EAD)²², que se expande em tempos reestruturação produtiva e flexibilização da acumulação. A contrarreforma do ensino superior confere à educação um sentido distinto da educação como direito. Se assenta na concepção da educação como competência do indivíduo, ferramenta que deve habilitá-lo para executar seu projeto individual.

O indivíduo deve investir em educação, esse é o seu portfólio. No Brasil, o consenso social-liberal gira em torno de três proposições políticas e analíticas: 1) o crescimento econômico, por si próprio, não fará a redução das desigualdades, o que traz a necessidade de políticas públicas específicas e direcionadas para este problema; 2) os gastos sociais não são baixos, pelo contrário: deveríamos torná-los mais eficientes, melhorando a alocação de recursos com sua focalização nos estratos sociais mais miseráveis; 3) propostas de desenvolvimento baseadas no investimento do “capital humano”, reformas tributárias, previdenciárias e trabalhistas e ampliação do microcrédito (Castelo, 2008: p. 30).

As desigualdades e pauperização são cada vez mais, nessa era neoliberal, enfatizadas como questão individual e como tal tornam-se alvo das políticas massificadoras. Os indivíduos são encarados como “responsáveis pelo seu sucesso”, cabendo ao Estado fornecer por meio da oferta privada da mercadoria educação os meios que forneçam a “competência do indivíduo”. Nesse sentido, a crise da taxa de

²²Decreto n.5622/2005 regulamenta o artigo 80 da Lei 9.394 – 12/1996. “Caracteriza a educação à distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizado ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos” (Casa Civil, BRASIL, 2005). Em 2013 o INEP divulgou que existiam 1.258 cursos EAD no país.

lucro, o desemprego estrutural no MPC contemporâneo não explica a pauperização, esta só pode ser explicada, agora, através da capacidade profissional de cada um, através da qualificação da força de trabalho que se valoriza por meio de uma mercadoria à venda na prateleira. A explicação sobre as mazelas da “questão social” remonta ao positivismo dos liberais do século XIX.

Assim proliferam as propagandas de venda de vagas no nível superior, espalhadas país a fora. E faz-se crer que ao ter um diploma de nível superior sua vida estará assegurada da miséria. Chauí (2008) remete essa reflexão aos ideais da classe média, valores orientados para a competitividade, o fortalecimento da meritocracia, na corrida em busca da ascensão social.

A partir de 2003, com a chegada do PT no Executivo federal, assistimos a expansão da privatização da educação superior. Os governos do PT promoveram ainda a alocação dos recursos públicos na expansão das instituições privadas e ampliou o ingresso de estudantes nas universidades públicas sem o devido aporte de recursos.

Segundo Leher (2010), sob a alegação do combate da desigualdade e da ausência de formação universitária de quadros de jovens da camada popular os governos do PT promovem o debate das políticas afirmativas das cotas sociais e raciais. Tal debate capturado pelas elites, que corresponde a uma demanda legítima dos movimentos sociais, cuja necessidade é reconhecida no mundo inteiro, não foi acompanhado de políticas sérias e necessárias para garantir a permanência dos estudantes nas IES.

Segundo o INEP/MEC (2014) as vagas mantidas pelo PROUNI somam mais de 1,5 milhões de matrículas distribuídas em institutos, faculdades isoladas e centros

universitários, 74% das matrículas são do período noturno, sinalizando tratar-se de jovens trabalhadores.

O FIES, segundo o INEP/MEC (2013) concentra 1,9 milhões de contratos de financiamento, as IFES saltaram de 834.934 mil matrículas em 2012 para 1, 2 milhões de matrículas em 2013, porém vem sofrendo contingenciamentos em seu recurso, só em 2015 foram R\$ 9,5 bilhões. Para maior preocupação, o conjunto de IFES recebeu para Assistência estudantil recursos que não acompanham o crescimento das matrículas e cursos. Em 2012, segundo Nascimento (2013) havia 300 mil estudantes inseridos na assistência estudantil e a ordem dos recursos da política de assistência era de R\$ 504 milhões. Não localizamos o repasse de recursos para o PROUNI, apenas isenções de tributos, que foram na ordem de R\$ 601 milhões.

É notório o repasse de recursos públicos para os empresários da educação superior. Embora as IFES tenham ampliado o número de vagas, não receberam recursos públicos na mesma proporção que o setor privado. O MEC e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) confirmam que houve a entrada de 23% de estudantes a mais que o esperado no período entre 2003 a 2012. Em entrevista sobre as metas do REUNI o presidente da ANDIFES alega que “o resultado é satisfatório e que não houve problemas para absorver tal contingente”²³.(GAZETA, 2013)

Ao mesmo passo que são sucateadas - uma vez que são expandidas sem o aporte de recursos necessários -, as IFES são alvo da privatização. No seu interior através de mecanismos de cobranças dos cursos oferecidos pelas mesmas e com a

²³Entrevista ao jornal Gazeta Do Povo: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/reuni-chega-ao-fim-sem-ter-cumprido-metas-importantes-aclfmf8dk2tuluau6udk9xqko>

consolidação das fundações, que administram cursos de pós graduação, agora pagos. Algumas unidades já efetivavam cobranças, quando iniciativa da criação das fundações em 1994, o que permitiu que os cursos de pós graduação pagos fizessem uso das instalações (salas e demais estruturas como energia, pessoal técnico, docentes, laboratórios) nas IFES. A emenda Constituição 395/2014 consolida essa prática. Apesar de na CF 1988, regulamentar em seu artigo 206, parágrafo 4, que o ensino gratuito deve ser garantido pela universidade pública, a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados Federais, autoriza a cobrança de todos os cursos nas instituições públicas, livrando apenas os cursos de graduação e pós *strito sensu*. O deputado autor relata que a intenção é cobrar por todos os cursos caracterizados como atividades de aperfeiçoamento e especialização²⁴.

Há ainda um mecanismo que aparece na legislação brasileira da educação superior na primeira década dos anos 2000, na Lei nº 10.862/2004, que cria o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), fazendo com que as instituições públicas sejam avaliadas junto ao setor privado, que se expandia e recebia selo de qualidade. O governo contrariando várias determinações da CF 1988 que garantem a autonomia das IFES cria o sistema de avaliação do desempenho do aluno para que as instituições privadas vendessem suas vagas. Surge nesse momento o Fórum de defesa da livre iniciativa defendendo a criação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE²⁵). Trata-se de um dispositivo que promove a

²⁴Proposta de Emenda à Constituição 394/2015: Aprovada admissibilidade às Universidades cobrarem por cursos de pós-graduação *lato sensu*, (especialização), de extensão e de mestrado profissional (o mestrado profissional objetiva capacitar profissionais qualificados para o exercício da profissão, buscando a inovação e a valorização da experiência profissional).

²⁵A LDB, artigo 53, garante que quem confere diploma ao aluno é a universidade e o MEC tem usado o ENADE para ameaçar os estudantes com a argumentação de quem não fizer o exame não receberá o

suposta avaliação das instituições de ensino e avaliação dos cursos e desempenho dos estudantes formalizado em 2007, que pretende avaliar a qualidade do curso através de uma prova de 3 horas.

Leher em entrevista ao Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), televisão escola, junho de 2015, explica como funciona o jogo preocupante em que as IFES foram arroladas. O exame foi criado para que o setor privado recebesse um selo de qualidade e o MEC constringendo o princípio da autonomia das instituições públicas fez com que estas se submetessem à avaliação. No primeiro ano o resultado mostrou que as IFES estavam com nota A e as privadas com E, no segundo exame não se sabia qual instituição ocupava o lugar A ou C.

Os dirigentes do SINAES mostravam-se preocupados com o fato de as privadas não garantirem o selo de qualidade e foi aí que os estudantes das IFES passaram a ser obrigados a fazer o ENADE. Exame que é realizado no início e fim da graduação, a emissão do diploma é vedada ao estudante que não participe. Em 2005, segundo o professor, as instituições privadas já concentravam 66% das matrículas de ensino superior em 10 instituições, dali em diante as pequenas empresas foram absorvidas e em pouco tempo eram 6 empresas, todas com nota alta no ENADE. Dessa maneira o SINAES consegue apagar o antagonismo entre público e privado padronizando a avaliação do ensino e desprestigiando o ensino público.

Para Chauí (2008) todas estas medidas transformaram a instituição social universidade numa organização social. A universidade que era uma instituição do pensar, refletir a realidade, hoje ela instrumentaliza boa parte dos estudantes para as

diploma. Esse método de avaliação esvazia o sentido da formação cidadã, crítica, pois esse exame funciona como um selo de qualidade. Isso atribui a linguagem do mercado à educação.

aptidões gerais, atendendo às demandas do capital. A autora trata a transformação por qual o ensino superior, numa espécie de espelho da flexibilização que ocorre na dinâmica da acumulação capitalista.

Assim, a universidade é alvo da privatização que atinge as demais esferas da sociedade, o que acaba por transformá-la numa Universidade Operacional:

A "flexibilização" é o corolário da "autonomia". Na linguagem do Ministério da Educação, "flexibilizar" significa: 1) eliminar o regime único de trabalho, o concurso público e a dedicação exclusiva, substituindo-os por "contratos flexíveis", isto é, temporários e precários; 2) simplificar os processos de compras (as licitações), a gestão financeira e a prestação de contas (sobretudo para proteção das chamadas "outras fontes de financiamento", que não pretendem se ver publicamente expostas e controladas); 3) adaptar os currículos de graduação e pós-graduação às necessidades profissionais das diferentes regiões do país, isto é, às demandas das empresas locais (aliás, é sistemático nos textos da Reforma referentes aos serviços a identificação entre "social" e "empresarial"); 4) separar docência e pesquisa, deixando a primeira na universidade e deslocando a segunda para centros autônomos de pesquisa. A "qualidade" é definida como competência e excelência cujo critério é o "atendimento às necessidades de modernização da economia e desenvolvimento social"; e é medida pela produtividade, orientada por três critérios: quanto uma universidade produz, em quanto tempo produz e qual o custo do que produz. Em outras palavras, os critérios da produtividade são quantidade, tempo e custo, que definirão os contratos de gestão (p. 02).

A autora também acentua que a forma atual do capitalismo se caracteriza pela fragmentação de todas as esferas da vida social de acordo com a fragmentação da produção econômica assentada na dispersão espacial e temporal do trabalho e na destruição dos referenciais que balizavam a identidade de classe e as formas da luta de classes.

A sociedade aparece, hoje, como uma rede móvel, instável, efêmera, de organizações particulares definidas por estratégias particulares e programas particulares competindo entre si. A sociedade e a natureza são transformadas na idéia de meio ambiente, que é perigoso, ameaçador e ameaçado e que deve ser gerido programado, planejado, controlado por estratégias de intervenção tecnológica e jogos de poder. E nesse sentido, tornada uma organização social, a universidade deve depender muito pouco da sua estrutura interna, e muito mais da sua capacidade em se adaptar rapidamente a mudanças muito rápidas na superfície desse meio ambiente. Onde emerge com força a ideia de torná-la flexível como indicador da sua capacidade adaptativa a mudanças contínuas e inesperadas sem que se pergunte a origem da mudança e qual é a sua destinação (CHAUI, 2003: p.07)

Chauí (2003) assevera que como organização a universidade pertence assim “à ordem biológica da plasticidade do comportamento adaptativo”.(p. 07)

Dessa maneira vimos a reformulação brutal na educação superior durante os governos neoliberais de FHC, Lula e Dilma. No próximo capítulo discutiremos o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

CAPÍTULO III

3 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

No capítulo a seguir tentaremos expor a situação da Política de Assistência Estudantil e sua trajetória na história da política de educação superior do Brasil. Analisaremos a trajetória entre o surgimento da primeira iniciativa e a institucionalização nos dias atuais.

3.1 Antecedentes da política Nacional de Assistência Estudantil

A sociedade brasileira convive com resquícios de seu passado enquanto “colônia de exploração”; ou seja, trata-se de uma sociedade na qual o capitalismo se desenvolveu sempre motivado a atender interesses mercantis. Um país cuja “classe dominante é comprometida com a economia internacional.” (FERNANDES, 1974; BEHRING 1995; BRAZ E NETTO, 2006; CASTELO 2008; BEHRING; 2011).

Ademais, em nosso país o desenvolvimento da dinâmica capitalista se deu sem romper com o passado, com valores fortemente conservadores, de modo que padecemos sob uma formação social política e econômica na qual a desigualdade social é cristalizada.

O golpe empresarial militar, em meados da década de 1960, empreendeu uma “reforma” na educação, que privilegiou o empresariado, conforme sinalizado na seção anterior.

Assim, a sociedade vivenciou segundo Nascimento (2013), ações fortemente orquestradas pelas elites no tocante à questão da educação formal; as demandas dos movimentos sociais foram capturadas e moldadas no período ditatorial, configurando uma (FERNANDES, 1974) “reforma universitária consentida”. “As revoluções que ocorreram no país, foram todas no sentido de assegurar a consolidação da dominação burguesa ao nível político, de modo a criar a base política necessária à continuidade da transformação capitalista [...]” (NASCIMENTO, 2013: pag.13 apud Fernandes, 1974: p.302).

No Brasil, a educação superior aparece como mais uma política utilizada para fortalecer a elite e sua sustentação no topo da pirâmide de poder da sociedade. Ou seja, configurada e estruturada para manter privilégio de classe.

No Brasil, encontram-se ações construídas como política de permanência estudantil ainda no ano de 1928. É o caso da Casa do Estudante na França, que recebia estudantes que iam para a Europa. Segundo Moreira (2011), naquela época os estudantes eram, majoritariamente, filhos das classes altas e a casa era mantida pelo governo brasileiro. Nota-se, aí, que as protoformas da política de permanência surgem no Brasil para cobrir interesses das camadas abastadas da sociedade, pois não era todo brasileiro nesta época que estudava, muito menos fora do país.

Segundo Moreira (2011), durante o governo de Getúlio Vargas foram criadas várias ferramentas na tentativa de oficializar e organizar a Educação Superior, bem como a Assistência Estudantil. O presidente sancionou vários decretos entre 1931 e 1934.

Assim, em 1930 foi fundada a Casa de Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro. Trata-se de uma medida voltada para os estudantes que entravam na Universidade do

Brasil, a atual Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Porém, essa política não surge com prerrogativa institucional, de um direito formal, mas como filantropia, uma benesse. Era mantida, segundo registros, através de doações do governo da época. Getúlio Vargas era o incentivador dessa medida. Passível de ser suspensa à medida que não houvesse mais interessados em fazer as doações.

E, por fim, no ano de 1934 a Assistência Estudantil é regulamentada na Constituição Federal no artigo 157, que aponta: “§2º: Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, dentária". Entretanto a provisão dos auxílios não era regular, pois os estudantes dependiam da vontade de cada instituição em assegurá-los. Mas esse momento marca o surgimento da bolsa de estudos para esses estudantes. (Moreira, 2011: p. 52 apud BRASIL, 1934).

Em 1937 o governo Vargas apóia a oficialização da União Nacional dos Estudantes (UNE), e sua sede é alocada na casa de estudante da Universidade do Brasil. Seus membros ficam responsáveis em organizar a *biblioteca, o serviço de saúde, a concessão de bolsas e a distribuição de cargos empregatícios*. É nesse momento que se dá o início de uma conscientização por parte dos estudantes da importância que deve ser dada à assistência estudantil nas universidades brasileiras. (Moreira, 2011: p. 53 apud ARAÚJO, 2007 – grifos nossos).

Em 1938, segundo registros, os moradores da casa rompem relações com a UNE e no II Congresso Nacional dos Estudantes firmam um plano de reforma educacional para solucionar *problemas de auxílio, problemas educacionais e dificuldades econômicas dos estudantes*. (Moreira, 2011 – grifos nossos).

Em 1946, a Educação é apontada como um direito de todos, no artigo 166 da Constituição, e a Assistência Estudantil se torna obrigatória para todos os sistemas de ensino através do artigo 172: "Cada Sistema de Ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar" (Moreira, 2011: p. 53 apud BRASIL, 1946).

No mesmo ano, foi homologado o Decreto nº 20.302, estabelecendo que a Seção de Prédios, Instalações e Estudos dos estabelecimentos de ensino superior deveriam pensar alternativas para os problemas relacionados à assistência médico social dos alunos.

Em 1961, com a Lei de Diretrizes e Bases – LDB / Lei nº 4.024, a Assistência Estudantil passa a ser vista, formalmente, como direito igual para todos os estudantes que precisarem, isto é, como um direito inserido na política de educação e não mais como ajuda; benesse, filantropia.

Sá Motta (2014) indica que foi nesse momento que a reforma universitária passou a integrar a luta pelas reformas de base do governo de João Goulart, quando o país estava ameaçado de sofrer um golpe militar que se concretizou 3 (três) anos depois, em 1964²⁶. A partir de então os termos da “reforma” entraram em disputa entre os militares e os movimentos sociais pela educação, especialmente com os estudantes.

Segundo Moreira (2011), com a LDB em vigor, houve um seminário dos estudantes em que foram discutidos vários pontos da Assistência Estudantil, e levanta reivindicações ao governo, tais como: assistência médica, assistência habitacional com

²⁶Conferir Sá Motta sobre as medidas estabelecidas dentro do Ensino Superior, nas Universidades brasileiras durante a Ditadura Empresarial Militar(As Universidades e o Regime Militar, 2014).

a criação de casas de estudantes e o aumento do número de restaurantes universitários, entre outras (Moreira, 2011: 54 apud ARAÚJO, 2007).

Na Constituição Federal de 1967, no artigo 168, a educação é anunciada novamente como direito de todos e pela primeira vez é preconizado que deva assegurar igualdade de oportunidades: “Art. 168 - A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana”. No “§ 2º - Respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive bolsas de estudo.” Ainda no “§ 2º - Cada sistema de ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar.” (Moreira, 2011: p. 54 apud BRASIL, 1967).

Observa-se que nesse primeiro momento da ditadura, havia na letra da lei aspirações em garantir a educação com condições para acesso e permanência estudantil. A formalização se estendia ao setor privado, igualmente a contrarreforma dos tempos atuais. Contudo, a política de assistência afirmada no plano legal reduziu-se a quase nada. (Moreira, 2011: apud Lima: 2002).

Segundo Sá Motta (2014) a ditadura de 1964 reestruturou toda a sociedade brasileira e as suas ações no campo da educação explicam uma série de contradições atuais da educação superior brasileira.

Em sua pesquisa (que abarcou a análise de cerca de 7 mil arquivos documentais consultados desde 2002, além de entrevistas e visitas às instituições extintas do

período militar) o autor destaca o peso dos acordos²⁷ firmados entre o Brasil e a Ford Foundation, a Fundação Rockefeller e a United States Agency for International Development (USAID), entre 1950 e 1972, respectivamente.

Entre esses acordos havia financiamento de estudantes (cerca de 10 mil) no mestrado e doutorado fora do Brasil, o que permitiu a pós graduação receber e qualificar cerca de 1.309 estudantes no exterior somente entre 1964 e 1967.

As fundações supracitadas financiaram projetos em diversas áreas, não só na educação superior. Estes financiamentos somaram empréstimos de US\$ 2 bilhões para o governo empresarial militar, e quantia de US\$ 770 milhões na educação.

Segundo Sá Motta (2014), os estudantes que iam para os intercâmbios estavam inseridos em áreas estratégicas do ensino superior, e também os professores que iam para o exterior com o objetivo de trazer conhecimento e criar unidade política entre Estados Unidos da América (EUA) e Brasil. O autor questiona se os americanos conseguiram a formação de quadros para a modernização ambicionada pela ditadura empresarial militar, pois se viu, segundo ele, que ainda que as universidades tivessem sido “reformadas”, o pensamento crítico não foi necessariamente extinto.

Inclusive, nesse período foi alocada, também uma rede de Assessorias de Segurança e Informações (ASIs²⁸), que contava com profissionais estrangeiros e

²⁷Na acepção das teorias da modernização elaboradas por cientistas sociais americanos e encampadas pela gestão de Kennedy, o desafio era modernizar países “atrasados”. A educação era um dos setores prioritários. Na produção acadêmica americana os conceitos: moderno, modernização e modernidade eram chaves ao lado de desenvolvimento, com significados muitas vezes indistintos. Para além do progresso econômico implicava também mudanças políticas e culturais. Daí o papel central conferido pelas agências do governo americano, mas também as privadas, como as fundações Ford e Rockefeller. A educação recebeu 18%, dos investimentos entre 70% com a educação primária e secundária e o restante com a superior. O investimento no setor agrícola vinha em terceiro lugar. Havia contratos de empréstimos até o ano de 1972. Entre 1968 e 1972 só a USAID repassou 15% desse montante em construção de escolas no Brasil. (Sá Motta em “As Universidades e o Regime Militar”, 2014).

²⁸As ASIs tinham a atribuição de filtrar as contratações dos docentes, entre outros. Os Atos Institucionais, culminando com o AI-5 de 1968, começaram com uma portaria n. 259, em 22 de abril de 1964, do

brasileiros no intuito de monitorar o pensamento crítico. Segundo Sá Motta (2014) foram efetivados questionários com cerca de 800 estudantes em um ano.

O autor afirma que havia a intenção nítida de mapear em que unidades o movimento de “esquerdização” se desenvolvia. Os militares chamavam as universidades de “ninho de recrutamento para as esquerdas”. (SÁ MOTTA, 2014: p.23)

Os militares criaram diretórios estudantis com a finalidade, segundo a lei²⁹, de “defender os interesses dos estudantes”, vetando contudo o caráter político-partidário e as paralisações estudantis.

A tentativa de viabilizar a DNE (e suas frações estaduais, Diretórios Estaduais de Estudantes – DEEs) redundou num completo fracasso, e o próprio governo extinguiu a entidade e nova lei, editada em 1967, que manteve apenas os diretórios centrais de estudantes (DCEs) e os diretórios acadêmicos como entidades reconhecidas legalmente (Sá Motta, 2014: p. 62).

Sá Motta (2014) é convicto quando afirma que o horizonte dos militares era conseguir enfraquecer a expressão de resistência e enfrentamento das ruas, para isso era preciso perseguir os estudantes universitários que realizaram uma série de ações dando visibilidade às medidas autoritárias dentro e fora da universidade. Os militares temiam a adesão dos operários ao movimento estudantil. Alinhados aos EUA, os militares desejavam impor de qualquer maneira o projeto tecnocrático para o ensino superior, a fim de fortalecer interesses imperialistas dos capitalistas estrangeiros e, assim, impor a modernização autoritária.

primeiro AI, determinando às universidades a “instauração de inquéritos administrativos”. Trata-se do Regimento Disciplinar onde contém os Processos Administrativos Disciplinares – PAD. Na UFRJ seu texto foi alterado apenas 3 vezes até hoje: 1976, 1979 e 1981, que diz em seu 1º capítulo: “A respeito dos deveres dos membros do corpo social cabe: Art. 280 - a) a fiel observância da Lei, do Estatuto e dos Regimentos; b) o acatamento às ordens emanadas das autoridades universitárias; c) a urbanidade no procedimento; d) o resguardo do prestígio e bom nome da instituição.” (Cf. Regimento Geral da UFRJ)

²⁹A criação de diretórios foi uma estratégia que fez parte da Ley Suplicy (4.464/1964), estabelecendo órgãos a fim de paralisar as manifestações estudantis da época. Esse empenho dos militares incluiu a criação do Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), para substituir a UNE.

O projeto americano de modernização administrativa da universidade previa a criação de convênios na área da educação e não se tratava de parcerias isoladas com instituições educacionais ou autoridades regionais. E para tal

O principal e mais polêmicos deles foi assinado em junho de 1965 [...] O propósito era planejar mudanças a serem implantadas na educação superior nos cinco anos seguintes, visando à rápida expansão do sistema e melhorias dos seus fundamentos. Para programar as mudanças seria montada uma comissão de dez especialistas, cinco americanos consultores da USAID e cinco brasileiros nomeados pelo MEC (SÁ MOTTA, 2014: p.120)

No ano de 1967 foi estabelecido o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), sob comando do Ministro da Fazenda Delfim Netto, professor de Economia da Universidade de São Paulo (USP) e entusiasta da intervenção militar. Na esteira do PED criado também o Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PDCT), conectado aos Planos Nacionais de Desenvolvimento I, II e III.

Tais planos, principalmente o PND I e PND II incluíram as universidades, prevendo maiores gastos e investimentos no ensino superior. Para Sá Motta (2014) no texto do PED ficava subtendido que a reforma priorizava os investimentos em ciência e tecnologia (C&T)³⁰ e assim na expectativa de que pudesse reverter a evasão dos “cérebros”.

Sá Motta (2014) revela que, embora a ditadura firmasse que a educação é um espaço que o Estado deve gerir e controlar conseguiu difundir a ideia da educação como mercadoria ao fortalecer o setor privado com isenções fiscais em todas as

³⁰ Mesmo antes de 1964, os docentes já estavam indo embora do país. Naquele ano havia sido criado o Fundo de Desenvolvimento Técnico e Científico (FUNTEC) vinculado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). A primeira beneficiária do FUNTEC nos meios acadêmicos foi a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia (COPPE-UB). A base inicial da COPPE foi o curso de engenharia química organizado em 1963. O FUNTEC foi responsável pelos salários dos professores (que ainda não tinham plano de dedicação exclusiva), compras de alguns equipamentos, suprimentos e financiar bolsas dos estudantes. Em 1969 passou Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Achavam que os docentes parassem de evadir do país, contradição importante apontada por Sá Motta (As Universidades e o Regime militar, 2014)

esferas, município, estado e união. Durante toda a ditadura, os americanos acompanharam e assessoraram regime autocrático burguês em sua política universitária com a intenção de, além de modernizá-la, fomentar sua privatização. Apesar de interessado em modernizar o país o governo militar não aceitava a ideia de as instituições públicas e a administração dessas saísse de suas mãos.

Na década de 1970, chega a ser instituído e vinculado ao MEC o Departamento de Assistência ao Estudante – DAE, tendo como objetivo “manter uma política de assistência ao estudante universitário em nível nacional, priorizando os programas de alimentação, moradia, assistência médica e odontológica”. Entretanto, logo em seguida o DAE foi extinto (Moreira, 2011 apud FONAPRACE, 1996) e em 1972 foi criado, através do Decreto nº 69.927, de 13 de janeiro de 1972, o Programa Bolsa de Trabalho³¹, em nível nacional, para os estudantes, numa perspectiva de inserção destes ao processo de integração do desenvolvimento econômico-social do país, devendo ser priorizados os alunos que comprovassem “carência de recursos financeiros” (Moreira, 2011 apud BRASIL, 1972).

É importante destacar que a extinção do DAE e criação da bolsa trabalho significou a negação do direito à assistência estudantil e também visou racionalizar os custos com pessoal na manutenção das instituições federais. Uma prática reproduzida até os dias de hoje.

³¹Essa bolsa trabalho aos estudantes pobres, a propósito, remete às casas de trabalho (Workhouses), que foram estabelecidas na Inglaterra, do século XVII, formalizadas na “Lei dos Pobres”. Segundo Martinelli, “a assistência esteve ligada às práticas de exploração, repressão e dominação política e ideológica sob a denominação de caridade. Para manter a servidão e submissão com o objetivo de controlar a pobreza, como no caso da “Lei dos Pobres.” (1991: p. 57).

É importante sinalizar que, enquanto se desenvolviam políticas de pós graduação e intercâmbio para alguns estudantes em geral em áreas estratégicas para modelo econômico da ditadura, vê-se que havia esforços oficiais de reservar outros tipos de medidas para estudantes oriundos de camadas mais empobrecidas da população, criando restrições no acesso e permanência, como a extinção do DAE. Os que gozavam dos intercâmbios não eram os mesmos que gozavam da política de bolsa trabalho, obviamente.

Moreira (2011) revela que ainda assim, os estudantes das casas se organizaram em nível nacional no “Movimento de Casa de Estudantes” (MCE), o primeiro Encontro Nacional de Casa acontece em 1976 e durante a década de 1980 e no final desta década constitui-se a Secretaria de Casa de Estudante (SENCE); as demandas e os debates já estavam bastante amadurecidos, de modo que é nesse momento, na transição “democrática” (1979/1980) que surge também o Fórum de Pró Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), órgão assessor do MEC e ANDIFES. Desde então, os estudantes realizam os Encontros Nacionais de Casa de Estudante (ENCE)³².

Nascimento (2013) enfatiza que as lutas na década de 1970 e 80 visavam uma universidade “educacionalmente criadora, intelectualmente crítica e socialmente

³²O Encontro Nacional de Casas de Estudantes (ENCE) realizou seu XXXIX encontro no Ceará em 2015 e é a instância máxima deliberativa da Secretaria Nacional de Casas de Estudantes (SENCE). Esta é a entidade que representa nacionalmente todas as moradias estudantis e promove unificação do movimento de moradias universitárias pelo Brasil. Esse encontro vem discutindo sistematicamente e apontando a legitimidade da luta, além de qualificar o sentido de exigir respostas qualificadas. Não mencionaremos outras manifestações do Movimento Estudantil organizado (UNE e DCE's locais) porque em nosso levantamento os autores não discutiram todas as lutas encampadas, mas apenas dos atores que disputaram os debates no FONAPRACE historicamente. No caso, a SENCE.

atuante, aberta ao povo e capaz de imprimir politicamente os seus anseios mais profundos”. (p. 99 apud Fernandes, 1976).

Segundo Nascimento (2013) o Fonaprace conduziu criticamente as demandas e construiu documentos de resistência e enfrentamento ao MEC, de assistência social. Em leitura das atas e relatórios do IV Encontro Nacional do Fonaprace, realizado em Brasília, a autora reproduz os termos em que os atores do encontro enfrentaram o desmonte das IFES, no início dos anos 1990.

Existem registros em que se lê que as universidades estavam sendo sucateadas e tais ações estavam “levando as IFES à perda de autonomia administrativa, da qualidade de ensino, bem como o papel de formadora de consciência crítica.” (NASCIMENTO, 2013: p.96 apud FONAPRACE, 1993)

O texto cita ainda que o papel do Fonaprace era estar vinculado à luta que estava sendo desenvolvida pelos sindicatos e movimento estudantil, como ao lado de outras entidades representativas da sociedade. O documento, “*Universidade Pública e Gratuita: Patrimônio Ameaçado*”, da Coletânea Dez Encontros do Fonaprace (Nascimento, apud FONAPRACE, 1993) revela que o papel do Fonaprace era definido no vínculo da luta sindical. E mostra ainda, que para o Fórum em crítica ao MEC

a Assistência ao Estudante e ao Servidor das IFES tem sido uma política de descompasso total. Esta política faz parte de uma política maior, que aliada ao lobby privatista da Educação, tem colocado a Universidade Pública e Gratuita em situação de penúria e abandono (NASCIMENTO, 2013: p. 96 apud FONAPRACE 1993).

Em dezembro de 2007, o governo Lula publica a portaria n.39 e aprova o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAS), que em julho de 2010 se institucionaliza (Decreto 7.234) como Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e então a

política de Assistência Estudantil para o Ensino Superior passa a existir e o Fonaprace se renova.

Em relatórios mais atuais, como da Lei da Reforma (PL 7200/2006), o termo *democratização* desapareceu do discurso do Fonaprace sendo substituído por *massificação* e chama a nossa atenção a similaridade das suas propostas com o discurso dos organismos internacionais que apontam a necessidade de “flexibilizar a qualificação profissional e ampliar o acesso aos desprivilegiados”. (NASCIMENTO, 2013: p.94)

Assim, o Fonaprace convoca as IFES para o cumprimento de uma suposta “função social” na perspectiva de “inclusão social”, da “igualdade de oportunidades”, da “responsabilidade social” (NASCIMENTO, 2013: p.94, BRASIL, 2006).

Esta mudança no discurso do Fonaprace entre a década de 1990 e 2000, de acordo com Nascimento (2013) aponta para coesão do Fórum com as políticas de contrarreforma universitária dos governos neoliberais do PSDB e PT. A autora exemplifica a transfiguração do discurso e adesão junto à contrarreforma atual proposta do governo quando reproduz a declaração do Fonaprace:

[...] a política diferente do Governo Federal do PT permite o estabelecimento de condições satisfatórias para o trabalho de assistência à comunidade universitária, tanto sob o ponto de vista quantitativo quanto qualitativo (NASCIMENTO, 2013: p. 94 FONAPRACE, 2012: p. 51).

Entretanto bem distinta da avaliação do Fonaprace, o governo federal não tem repassado os recursos previstos no Pnaes. Em 2011 as IFES, segundo dados do FONAPRACE, tinham 285.651 estudantes inseridos na assistência e receberam através do PNAES R\$ 504 milhões. Quando na verdade deveriam receber, a partir da base de cálculo estabelecida R\$ 1.556.797,950, ou seja, 3 vezes mais do que o que foi

repassado para as IFES pelo governo federal. Ao não repassar os recursos necessários à implantação da política nacional de assistência estudantil o MEC desrespeita o programa. Mas ainda há um problema adicional a este, pois os gestores das IFES têm encarado as demandas como assistenciais, emergenciais e, por exemplo, escolhido repassar uma bolsa de R\$400 para os estudantes; outros gestores não puderam construir as moradias, e os RU's, por conta dos poucos recursos destinados ao PNAES, além de os custos da universidade, seus serviços terceirizados, absorverem quase metade dos recursos. Com o REUNI o ingresso na universidade federal cresceu consideravelmente, é preciso acompanhar as políticas de infraestrutura. Uma tendência predominante é o uso da renda como de aplicação da política de assistência estudantil, conforme ilustra a charge a seguir³³.



Charge de Diego Novaes, 2012/Superintendente tentando convencer estudantes a saírem do Alojamento Estudantil UFRJ.

No próximo tópico faremos uma exposição e análise acerca de como está sendo estruturado o PNAES nas IFES do Rio de Janeiro.

³³Mobilização na UFRJ contra a bolsificação da política de Moradia Estudantil – “Assembleia do Alojamento UFRJ” - 2012

3.1.1 O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES – nas Universidades Federais do Rio de Janeiro: avaliação provisória

O Decreto 7.234 instituído pelo Governo Federal em julho de 2010 sinaliza políticas que as ações da assistência estudantil devem ser realizadas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Conforme mostramos no tópico anterior a política de assistência estudantil tem uma longa história de mobilização entre docentes, estudantes, técnicos administrativos nas universidades e passa a ser um instrumento de legitimidade para a reestruturação proposta pelo governo.

Nesse sentido precisamos investigar se as instituições federais estão conseguindo trabalhar com os recursos repassados para a estruturação da política no âmbito de suas realidades com o quantitativo de estudantes que têm se matriculado na graduação.

Na seção anterior vimos que o Fonaprace transformou os paradigmas históricos da assistência estudantil que se defendia desde o surgimento da educação superior para a política nacional de assistência estudantil em valores flexíveis, funcionais, reestruturados para atender a demanda da contrarreforma universitária

A Assistência Estudantil, sem sombra de dúvidas, pode representar um dos determinantes para a possibilidade de alteração na estrutura que a sociedade capitalista forjou no Brasil. Visto que a maior da população não tem acesso à formação de qualidade, sequer básica. À medida que estudantes pobres acessam as

universidades federais do país e têm uma formação qualificada, podem refletir sobre as decisões políticas em esferas mais influentes do poder. Parte da nossa cidadania passa pela participação política na sociedade, e a universidade pública cumpre, ainda hoje, papel relevante na construção dessa participação.

No entanto, a universidade tem sido degradada, tanto em forma quanto em conteúdo, desde a ditadura empresarial-militar, como podemos apreender mesmo que superficialmente através das privatizações. Amiúde, pode se constatar medidas de precarização na desestruturação da carreira dos servidores públicos (docentes e técnicos), na terceirização de serviços, além das privatizações na pós-graduação, consolidando de uma vez por todas as fundações nas IFES. Vê-se uma tentativa de desmontar a universidade em sua função precípua: produzir conhecimento referenciado socialmente com qualidade.

Nesse sentido, viu-se a necessidade de verificar como estão se construindo as ações para a permanência estudantil nas IFES do Rio de Janeiro. Como referência, temos o perfil dos estudantes levantado em estudo realizado pelo Fonaprace em 2010 que mostra a necessidade de construção de políticas sólidas e contínuas diante da expansão do número de matrículas ocorrida nos últimos anos de reestruturação.

Com a criação de centenas de cursos novos do programa REUNI e o movimento migratório possibilitado pelo Exame Nacional de Ensino Médio/Sistema de Seleção Unificada ENEM/SISU, vários estudantes mudaram de Estado para cursar uma graduação nas IFES brasileiras. Segundo o MEC, foram criadas, até 2010, 212 mil vagas. Porém, na contra mão disso o repasse de recursos previstos não foi realizado; quase a metade não chegou aos cofres das IES federais. O que houve foram cortes de cerca de R\$ 9,5 bilhões no ano de 2015.

Entendemos que a estrutura das IFES não foi alterada de modo a fazer com que as suas condições melhorassem para receber os alunos novos de origem popular que nelas entraram. Somam-se à falta de recursos também problemas de planejamento na reestruturação das universidades, atingindo sobremaneira os trabalhadores terceirizados e os estudantes que compõem a camada popular.

Em entrevista ao Instituto de Estudos Latino-Americanos – IEELA –, o professor Roberto Leher, reitor da maior universidade federal do país, confirma nossa análise ao afirmar que a UFRJ recebeu entre 2007 e 2014 75% de estudantes a mais por conta da expansão promovida pelo REUNI e que $\frac{1}{4}$ deste universo de estudantes provêm de fora do Estado do Rio de Janeiro. Leher ainda indica, quanto a infra-estrutura da universidade, que hoje seria incapaz de assegurar uma política de permanência para estes estudantes, ao indicar que entre 2014 e 2015 houve um corte de R\$ 150 milhões no repasse de recursos da União para a UFRJ e que uma parcela expressiva dos recursos que a Universidade dispõe tem sido absorvida para o pagamento das empresas prestadoras dos serviços terceirizados (limpeza, segurança, portaria, etc.) que somente nesta IFES têm cerca de 5 mil trabalhadores.

Nesse sentido, faltam restaurante universitário, vagas de moradia estudantil, dinheiro para pagamento de bolsas, meios materiais básicos e elementares de uma política de assistência estudantil capaz de assegurar as condições mínimas de estudo para estudantes de origem popular, de que a universidade deveria dispor até mesmo antes da expansão de matrículas do REUNI mas que ainda é inexistente na maioria das IFES. Não à toa a UFRJ e muitas IFES não conseguiram executar dentro do prazo as metas do plano diretor de reestruturação da infra-estrutura necessária à expansão preconizada pelo REUNI.

No plano diretor da UFRJ, aprovado em 2009, havia previsão de construção de 9 mil vagas de moradia estudantil até 2020, 6 mil delas completamente subsidiadas pela Instituição, ou seja, gratuitas para os estudantes mais pobres. Havia, para 2012, uma meta intermediária de mil vagas completamente subsidiadas. Nenhuma dessas vagas foi construída; ao contrário, a UFRJ fechou um prédio no ano de 2012, substituindo a moradia no alojamento por bolsas de aluguel, publicadas em edital até 2014 como políticas de moradia. Voltaremos à questão da estrutura que as IFES do Rio conseguiram construir com o PNAES no fim desse tópico.

Acentuando ainda mais a situação de precarização das IFES, houve ao longo da década de 1990 e o primeiro decênio dos anos 2000 um intenso processo de terceirização de serviços das atividades-meio. Isso fez com que a Universidade não realizasse nem as metas de 2012, segundo o reitor. Os recursos foram absorvidos completamente. E nessa mesma situação encontram-se outras instituições de ensino superior federal, que têm os seus recursos carcomidos pelo empresariado de prestação de serviços. A precarização nesses últimos anos culminou numa greve em 2012 e outra em 2015, que durou quatro meses em todos os segmentos: graduação, docência, trabalhadores terceirizados e pós-graduação.

Feitas estas considerações mais gerais, podemos analisar os indicadores apresentados no relatório de levantamento do Fonaprace realizado em 2010 relativos às demandas de moradia estudantil e assistência à saúde com o propósito de elaborar uma proposta de orçamento mais qualificado junto ao MEC. De acordo com esse relatório, 43,7% dos estudantes inseridos nas IFES eram de famílias cujo rendimento médio era de R\$ 1.459, e seriam estes os que comporiam o perfil do público-alvo da política de assistência estudantil. Tal dado sinaliza que o estudante universitário das

federais não é mais majoritariamente aquele oriundo das elites brasileiras como se veicula diariamente na televisão, informação que a grande mídia divulga com o intuito de fortalecer uma política neoliberal de satanização das universidades públicas.

Vimos no tópico anterior que a política de assistência estudantil tem uma longa história de mobilização entre vários seguimentos e movimentos sociais pela educação, o que infelizmente não se viu representado no programa decretado em 2010. Nascimento (2013) mostra muito enfaticamente que além da escassez de recursos os termos do programa não contemplam fundamentalmente os princípios da assistência estudantil, que definiram

I) Educação superior como uma política de Estado; II) a gratuidade do ensino; III) a igualdade de condições para o acesso, a permanência e a conclusão de curso nas IFES; IV) a formação ampliada na sustentação do pleno desenvolvimento integral dos estudantes; V) a garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil; VI) a liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e de divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; VII) a orientação humanística e a preparação para o exercício pleno da cidadania; VIII) a defesa em favor da justiça social e a eliminação de todas as formas de preconceitos; IX) o pluralismo de ideias e o reconhecimento da liberdade como valor ético central (BRASIL, 2007).

Certamente não podemos jamais descartar que uma política dessas implica o reconhecimento da existência de uma população que há muito não tinha qualquer assistência estudantil oficializada nas IFES e, portanto, é de muita relevância valorizá-la e tentar melhorá-la. Porém, também vimos na seção anterior que os princípios e diretrizes da assistência estudantil, historicamente discutida, não foram salvaguardados no PNAES.

O programa deveria refletir os princípios acumulados ao longo da história pelos movimentos sociais da educação. Todavia, o que vemos é um programa nitidamente limitado pela escassez de recursos e que prioriza a ampliação do quantitativo nas

matrículas, privilegiando a questão do acesso em detrimento da preocupação com a permanência e políticas de assistência contínuas e de longo prazo. Trata-se de uma política funcional a assistencialização da seguridade, uma vez que num quadro de ajuste fiscal conduz a aplicação do PNAES a uma monetarização da política de permanência ou, seja, a sua bolsificação.

Veremos então como está sendo estruturada a política de assistência nas IFES do Rio de Janeiro.

Em 2010, durante o levantamento do Fonaprace havia no conjunto das IFES estudadas 656 mil matrículas dos cursos de graduação presenciais. Esse quantitativo tem aumentado exponencialmente através das políticas afirmativas designadas para essas instituições a partir de 2012. Um ano após o decreto do PNAES, em 2011, o INEP divulgou que havia 834 mil matrículas nas IFES e recentemente, em 2014, 1.137.831 estudantes matriculados. Ou seja, um aumento consideravelmente importante e que, a propósito do ENEM/SISU, as universidades deveriam receber recursos compatíveis com esse crescimento. O quadro abaixo ilustra tal aumento das matrículas denotando necessidade de monitoramento, neste momento de passados 4 anos de levantamento desse relatório, do perfil dos concluintes.

No relatório, existem indicadores que devem orientar a estruturação da política de Assistência Estudantil a nível nacional. Alguns deles denotam urgência nas ações e nos trabalhos estruturados para longo prazo. Destacaremos esses indicadores para guiar nossa apreciação da estrutura dessas instituições no Rio de Janeiro. São demandas por moradia, saúde mental e por rendimentos financeiros que nos chamam atenção.

A moradia aparece como uma demanda expressiva: 9,7% dos estudantes vivem em repúblicas (quartos coletivos em casas ou apartamentos alugados para estudantes); do total dos estudantes, naquele ano, apenas 2,5% têm acesso a moradias mantidas pela universidade; 53% dos estudantes moram com os pais, familiares e cônjuges. Os indicadores de renda fizeram com que os critérios para o acesso à assistência, que eram de 2 salários mínimos, fossem reorientados para $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita*. O que sugere população com necessidade de complementação de renda.

Com relação a cor e raça, o percentual de estudantes pardos e negros subiu de 5,9%, no relatório anterior (1997), para 8,7% em 2010, indicativo que deve sofrer uma alteração relevante com o novo estudo realizado em 2014, que segundo o site da Andifes será publicado em breve.

Um indicador importante é sobre as condições de saúde e saúde mental dos estudantes. No levantamento, saúde mental aparece como sinalização do próprio Fonaprace, “uma situação de alerta a ser trabalhada nas IFES”. Fatores de estresse interferem no desempenho acadêmico, segundo o levantamento, e são responsáveis por dificuldades relacionadas a diversas situações. E, nesse sentido, 43% dos estudantes relataram sofrer de estresse por causa de moradia, bem como a dificuldade de adaptação às cidades e a separação da família.

Os estudantes relataram, ainda, sofrerem dificuldades emocionais; 48% disseram ter sofrido de crises emocionais nos últimos 12 meses. Desses, 70% relataram sofrer de ansiedade; 44%, de insônia; 36%, de sensação de desespero/desamparo e/ou desesperança; 31%, desatenção/desorientação/confusão mental; 25%, timidez; 22%, depressão; 14%, pânico; e 12%, problemas alimentares. É importante registrar que nos

levantamentos anteriores, 1997 e 2004, esse recorte da saúde mental não foi investigado.

Os prejuízos decorrentes de problemas emocionais foram: falta de motivação para estudar ou dificuldades de concentração (61%), baixo desempenho acadêmico (48%), reprovações (31%), trancamentos de disciplinas (16%), mudança de curso (6%), risco de ser jubilado (6%) e trancamento geral (5%). Dentre os estudantes, 29% já procurou atendimento psicológico, 9% já procurou atendimento psiquiátrico, 11% já tomou ou está tomando medicação psiquiátrica e 10% procurou atendimento psicopedagógico (sic). (ANDIFES, 2010: p. 42).

Outro indicador que merece ser destacado é o trancamento de matrícula por impedimento financeiro. 15% dos estudantes disseram ter parado de estudar por suas condições financeiras. Neste universo, cerca de 70% pertencem à camada popular; são aqueles que têm rendimentos entre R\$ 415 e R\$ 1.459 apontados pelo Fórum. Nenhum dos indicadores apresentados aponta a interface entre gênero e raça e nenhum deles apresenta interface com a categoria raça, a não ser o quantitativo de negros existentes na universidade, que aparece apenas como um simples dado, contrariando uma orientação feita em 2003 pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acerca dos quesitos dos questionários e censos feitos com a finalidade da construção de políticas públicas.

(...) a história dos levantamentos demográficos brasileiros demonstra que a representação da população, que a partir deles se constrói, longe de ser um “dado”, uma “constante”, se modifica ao longo do tempo. Ou seja, é uma representação que varia e depende de o que, como, porque e por quem é perguntado. Aspectos da população incluídos num inquérito estatístico podem perder ou ganhar força em outros e podem até mesmo deixar de ser investigados. [...] Poderíamos dizer que a inclusão ou a exclusão de perguntas, a maneira de formulá-las e o significado que lhes é atribuído são, em certa medida, reveladores das preocupações e dilemas que marcam o pensamento social de uma época, tanto quanto dos atores que balizam esse pensamento. Ademais, poderíamos dizer que a tendência de ampliação do número de quesitos, que se observa na série histórica dos censos no Brasil, não deixa, em parte, de guardar relação com a complexidade crescente da realidade social, econômica e espacial que eles procuram apreender. (OLIVEIRA – IBGE, 2003: p.07)

Nesse sentido, o levantamento do Fonaprace comporta deficiências que podem acarretar uma frágil estruturação das políticas de assistência estudantil em face do perfil contemporâneo dos estudantes das IFES, uma vez que a implantação consequente do PNAES exige saber quem é o estudante oriundo das 50% de vagas de cotas nas IFES brasileiras e este levantamento não nos permite isto. A ausência de um estudo com a interface de diversos indicadores sociais que apresentem um perfil mais completo pode resultar em injustiças sociais que já se repetem há séculos no Brasil. A saber, temos uma população que sofre de um déficit nutricional histórico e que registra no SUS um índice importantíssimo de anemias (alguns estados do país apresentam prevalência de anemia falciforme, a propósito), diabetes tipo 1, doenças crônicas renais e hipertensão.

Desse modo, as políticas devem ser construídas considerando classe, raça e gênero; lembrando ainda que as políticas afirmativas provavelmente trarão uma pluralidade importante para o conjunto da universidade. Por força disso, é relevante pensar o restaurante universitário integrado ao perfil nutricional do corpo discente e à comunidade acadêmica em geral, já que os RUs pressupõem o ensino, a pesquisa e a extensão.

Acreditamos que, para além da ausência de dados mais precisos sobre as carências alimentares e culturais dos alunos de origem popular, há ainda o fato de a sociedade brasileira não ter conseguido discutir qualificadamente a política de cotas, o que dificulta ainda mais a presença dos negros e outros povos no território enclausurado que é a academia. Em artigo coletivo dos estudantes inseridos no Programa de Extensão “Conexões de Saberes”, os jovens refletem sobre a

possibilidade de ampliação do conhecimento para o amadurecimento da qualidade dos estudos sobre alguns temas da realidade do país. E acreditam que

(...) ao tocar na estrutura das desigualdades, objetivando promover equidade entre os negros, índios, brancos e amarelos nos bancos universitários, reescreve-se a maneira de pensar, de produzir conhecimento, de ser universidade no Brasil (Conexões dos Saberes, 2010: p. 80).

O reconhecimento das demandas de negros e indígenas, as populações originárias historicamente negligenciadas, impõe a reflexão sobre os indicadores que devem constar dos levantamentos do perfil do estudante: suas condições nutricionais, suas condições objetivas de moradia, entre outras tantas adversidades, de cujas relações de segregação e violações de direitos é acometido esse perfil ao longo da história da formação do Brasil.

Considerar na elaboração do perfil do estudante das IFES os territórios de origem do aluno possibilita apreender necessidades de moradia, saúde, alimentação e transporte; aquelas que conformam as condições básicas para a permanência estudantil como elementos fundamentais à estruturação do PNAES nas universidades públicas, o que pode, inclusive, servir como pressão para a luta pela ampliação de recursos repassados pelo MEC.

Por fim, acreditamos que as condições necessárias à conclusão da graduação necessariamente são atravessadas pelas condições de permanência, e estas exigem políticas de longo prazo, como a construção de moradia, creches, RU's, bibliotecas, espaço de saúde, atenção psicossocial e saúde mental, além de oferta de atividades de cultura, esporte e lazer. Com isso, torna-se inquestionável que os estudos mostrem esse novo perfil mais completamente. Os princípios de políticas universalizantes, que são nossa perspectiva, pairam pela construção de políticas que corrijam a trajetória

sócio-econômica de populações que sofreram com períodos de escravidão, passando por período de intenso endividamento como no período ditatorial no Brasil, e sofrem até hoje em matéria de direitos humanos não consolidados.

No nosso entendimento, essa é a principal função das políticas afirmativas de cotas sociais e raciais. As condições de permanência devem seguir os mesmos princípios. Acreditamos que, do contrário, haverá apenas registros de acesso e não haverá aumento do índice de conclusão do ensino desses estudantes com trajetórias condicionadas pela desigualdade no acesso à cidadania. O conjunto de políticas para tal precisa de complexa programação e

(...) à medida que se comprometem com a eliminação de desigualdades e danos historicamente acumulados, devem representar um importante avanço no processo de discussão de políticas públicas voltadas para a educação superior que contemplem as especificidades dos estudantes oriundos dos seguimentos desfavorecidos social e economicamente, ressaltando a necessidade de criação de condições para a permanência desses (Conexões dos Saberes, 2010: p. 80)

Isto posto, apresentaremos avaliação breve dos relatórios de gestão e dos sítios eletrônicos das pró-reitorias, coordenadorias e superintendências das IFES do Rio de Janeiro, a fim de apontar o conjunto de ações da política de assistência estudantil.

Nossa avaliação seguirá os indicadores que aparecem no relatório do Fonaprace na intenção de apresentar um quadro apenas panorâmico das demandas de assistência estudantil, ainda que as ações que visam garantir a permanência nas universidades exijam investigações mais aprofundadas junto às IFES, o que deveria contemplar a realização de entrevista com gestores, profissionais e estudantes para entender quais são as dificuldades da implantação do PNAES para além da falta de recursos. É necessário ainda o estudo sistemático dos projetos e das propostas políticas hoje existentes em cada IFES.

São quatro as universidades federais do Rio de Janeiro, e duas dessas praticamente mantêm a política via bolsificação. Outras duas desenvolveram estruturas físicas e projetos pedagógicos aparentemente interessantes.

Além da política de moradia, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ – e a Universidade Federal Fluminense – UFF – constituíram Pró-Reitorias e propostas cujas expectativas parecem ser de longo prazo.

Em seu relatório de gestão (2013), a UFRRJ informa que dispõe de R\$ 29 milhões de recursos do Pnaes, com mil e quinhentas (1.500) vagas de moradia, sendo oitocentas (800) para rapazes e setecentas (700) para moças. Esses estudantes recebem auxílio alimentação, pedagógico e uma bolsa manutenção. A instituição também dispõe de 640 bolsas de auxílio-moradia no valor de R\$ 250,00, destinadas àqueles que não são contemplados com o alojamento. A UFRRJ possui dois RU's e também distribui bolsas de alimentação para 150 estudantes do campus recém-inaugurado com o REUNI. Existe uma bolsa alimentação chamada “Atividade no RU”: alimentação por carência. O estudante trabalha por 6h durante a semana no período de almoço; não especifica que tipo de trabalho, mas diz que o aluno selecionado deverá trabalhar no horário do almoço. Há ainda a oferta de uma bolsa chamada Apoio Técnico do Programa de Desenvolvimento Acadêmico e Institucional (PDAI) pela Proaes junto à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC/MEC.

Quanto à assistência de saúde, a UFRRJ dispõe de um plano de atenção psicossocial, segundo informa o site da instituição, estruturado por equipe multiprofissional cujo atendimento é feito até o fim do noturno, encerrando às 22h.

(...) a fim de tanto atender às necessidades sócio-econômicas, fazendo mapeamento de rede de atendimento e prestadores (públicos ou privados), quanto necessidades da saúde mental, a fim de localizar projetos e ações que

objetivem a promoção da saúde, prevenção à violência e ao uso abusivo de álcool e outras drogas, em parceria com a Divisão de Saúde da Universidade (FONTE: www.ufrj.br/acolhimento-assistencia-medica-e-social-aos-estudantes).

Além disso, alguns estudantes têm acesso ao que a pró-reitoria denomina Atenção Especial. Trata-se de um espaço chamado “Espaço Paz e Harmonia” e “Salinha Azul” que oferecem terapias alternativas: Auricoloterapia, Cristaloterapia, Florais de Bach, Mahikari, Orientação Nutricional e Reiki. Nas considerações, faremos observação às alternativas que as universidades têm implementado.

A segunda universidade com estrutura de pró-reitoria, UFF, construiu alojamentos com 344 vagas; 74 com acessibilidade. Porém, apenas 132 vagas estão em funcionamento. Esses alojamentos estão localizados no Campus de Niterói e Rio das Ostras. A instituição registra em seu último relatório (2013) 30.296 estudantes. Só foi localizado o repasse de recursos para assistência estudantil de 2013, que contou também, como a UFRRJ, com R\$ 29 milhões através do Pnaes.

Parte dos recursos é destinada ao pagamento de 1.700 bolsas-auxílio, divididas nas seguintes categorias: Apoio ao Estudante Estrangeiro, Apoio aos Estudantes com Deficiência, Apoio Emergencial, Apoio Transporte, Auxílio Alimentação para os Estudantes das Unidades Acadêmicas fora da Sede, Auxílio Creche, Auxílio Moradia, Bolsa Acolhimento para Estudantes Ingressantes, Bolsa Alimentação, Bolsa Atleta, Programa Infra-estudantil, Bolsa de Desenvolvimento Acadêmico, Programa Material Didático, Programa Práticas Artísticas, Programa Produtos Estudantis, Programa de Altos Estudos, Programa Bolsa de Desenvolvimento Acadêmico-Inscrição de projetos.

A Proaes adota o seguinte método para a distribuição das bolsas: a equipe de assistentes sociais avalia todos os indicadores sociais, econômicos e familiares do

estudante, classificando os estudantes em três categorias (Perfis I, II e III) e são estas categorias que determinarão em quais modalidades de bolsa ou auxílio o estudante poderá ser contemplado. Os auxílios pecuniários variam entre R\$ 200 e R\$ 400 e os estudantes podem acumular até duas bolsas. A política de transporte conta com carros (ônibus) *intercampi* entre Niterói e Rio das Ostras.

A instituição que tem o menor programa de assistência é a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UniRio, que registrou, em 2011, 13.507 estudantes segundo seus últimos relatórios. Sua política de assistência estudantil é administrada por uma unidade chamada Direção de Assuntos Comunitários e Estudantis – Dace Reitoria, que recebeu R\$ 21 milhões em 2013 através do Pnaes.

Sua política de assistência praticamente se reduz a bolsas-auxílio, sendo que estabelecem quantidade de parcelas ao aluno selecionado, e ao término das parcelas as assistências são suspensas sumariamente. O auxílio-moradia tem apenas 90 bolsas, ofertadas anualmente em edital. Ao término de 12 meses, o valor de R\$ 400; é sumariamente cortado. A universidade oferece ainda 670 bolsas de alimentação no valor de R\$ 200, também, como a de moradia durante 1 ano, apenas.

A UniRio disponibiliza para o estudante inserido na assistência a Bolsa de Incentivo Acadêmico (BIA), no valor de R\$ 500. São ofertadas 410 bolsas que exigem do aluno beneficiário o desenvolvimento de trabalho orientado por técnico administrativo ou docente da universidade por 12 horas semanais. Essa bolsa, que tem edital na assistência estudantil, corresponde a projetos de extensão, muitos na área da Cidadania e dos Direitos Humanos, trabalhos desenvolvidos com o Instituto Benjamin Constant e outras instituições nas áreas de Antropologia da Saúde, Educação

Ambiental, Biblioteconomia, Saúde do Trabalhador, Segurança Pública no Sistema Prisional, e ainda alguns projetos na área da Informática voltados para trabalhos com Sistemas e Processo de Dados ou trabalhos na área de Cultura, como o Carnaval, Música, Teatro e Nutrição.

Pesquisamos sobre as ações da divisão de saúde do estudante seguindo a orientação do relatório do Fonaprace e vimos que há protocolos de cooperação com todas as unidades de saúde. Através da Dace, oferece também atendimento com psicólogos e nutricionistas e de saúde mental, expandido aos familiares dos estudantes. Diferenciada a preocupação com a família do alunado. Essa perspectiva é próxima das diretrizes da lei 10.216, que dispõe sobre os direitos dos usuários da saúde mental e seus familiares. Além de redirecionar a abordagem da rede de atenção psicossocial.

Os estudantes contam também com um transporte *intercampi* que a UniRio estruturou para a Baixada Fluminense (até Nova Iguaçu), para zona oeste (até Campo Grande) e Tijuca (até o Méier).

Passemos à última e maior delas, a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

A UFRJ não possui uma Pró-Reitoria de assistência estudantil; administra a política através de uma superintendência: Superintendência Geral de Políticas Estudantis – Superest. No último relatório de gestão, ano de 2013, podemos visualizar que, assim como a UniRio, realizou processo seletivo para bolsa-aluguel. O referido relatório aponta ainda que a instituição disponibilizou 47 bolsas no valor de R\$ 1.200 e que administrou mais de três mil bolsas-auxílio permanência no valor de R\$ 400, cujos beneficiários recebem também um auxílio pecuniário para transporte no valor de R\$

150. Não tivemos acesso a relatórios posteriores. A UFRJ não dispõe de auxílio-alimentação, mas conta com três RU's na Cidade Universitária, localizados todos na Ilha do Fundão, porém nos outros *campi* não há nenhuma política de alimentação para estudantes.

Os estudantes bolsistas recebem a assistência até o final do curso, sendo a renovação (anual) realizada através de critérios de aproveitamento acadêmico, créditos e coeficiente de rendimento acadêmico estabelecido através de resolução do Conselho de Ensino e Graduação (CEG) 01/2008, através de relatórios da Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico (COAA) da respectiva unidade.

O transporte funciona *intercampi* e dentro da Cidade Universitária, dispondo de 20 veículos (ônibus) distribuídos em 6 linhas externas e linhas dentro da cidade.

A Superest possui 3 divisões: Divisão de Assistência ao Estudante – DAE, Divisão de Inclusão, Acessibilidade e Assuntos Comunitários – DINAAC; Divisão de Saúde do Estudante – DISAE; Divisão de Cultura, Esporte e Lazer – DECULT. Esta última lança anualmente edital para promoção de projetos e eventos realizados pelos estudantes.

Como a UniRio realiza atendimento à saúde do estudante nas unidades da instituição, incluindo clínica geral, saúde da mulher e a rede de saúde mental dentro da IFE. Os Institutos de Psicologia e Psiquiatria, IP e IPUB respectivamente, registraram elevado número de atendimentos em 2013. Os dois semestres deste ano somam um quantitativo altíssimo de atendimentos, mais de 2 mil na psicologia e 92 na psiquiatria. Não há registro de atendimentos realizados em 2012 que nos permitam fazer comparações.

A divisão registrou em seu site a organização de um “Seminário de Saúde Mental dos Estudantes da Graduação” em setembro de 2013, e é necessário destacar *folder* que anuncia o evento com o seguinte chamado: “Venham discutir conosco formas de **detectar, orientar e encaminhar** situações que envolvam problemas de saúde mental dos nossos estudantes da graduação.” (Folder de Seminário, Superest/UFRJ – 2013. Grifos nossos).



Frete de Folder evento UFRJ Saúde Mental do Estudante da Graduação

VENHAM DISCUTIR CONOSCO FORMAS DE DETECTAR, ORIENTAR E ENCAMINHAR SITUAÇÕES QUE ENVOLVAM PROBLEMAS DE SAÚDE MENTAL DOS NOSSOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO

8:30 HS – MESA DE ABERTURA
 Rosélia Pinheiro de Magalhães – assessora da superintendência geral de políticas estudantis – SUPEREST
 Prof.^a Marilurde Donato – Diretora da Divisão de Saúde do Estudante (DisaE) da SUPEREST
 Ana Maria de Mendonça Pinto – Chefe da Seção de Assistência Psicossocial da SUPEREST
 Prof.^a Maria Tavares Cavalcanti – Diretora do Instituto de Psiquiatria da UFRJ
 Dr. Manoel Olavo Teixeira – psiquiatra da SUPEREST

9:30 ÀS 10:30 HS – NOÇÕES DE SAÚDE MENTAL
 Transtornos Depressivos e Transtorno Afetivo Bipolar – Manoel Olavo Teixeira
 Transtornos decorrentes do uso de Alcool e outras drogas – Marcelo Santos Cruz
 Transtornos Esquizofrênicos – Maria Tavares Cavalcanti
 Transtornos Ansiosos, incluindo Transtorno do Pânico e Fobias – Octavio Domont de Serpa Junior



11:30 ÀS 13 HORAS – COMO PROCEDER QUANDO HOUVER ALGUMA SITUAÇÃO QUE ENVOLVA PROBLEMAS DE SAÚDE MENTAL EM SUA UNIDADE
 Marilurde Donato e Manoel Olavo Teixeira

14 HORAS ÀS 16 HORAS
 Grupos de Discussão

16:30HS
 Encerramento

LOCAL
 ANFITEATRO LEME LOPES
 INSTITUTO DE PSIQUIATRIA DA UFRJ / IPUB
 CAMPUS DA PRAIA VERMELHA DA UFRJ

REALIZAÇÃO

Verso de Folder evento UFRJ Saúde Mental do Estudante da Graduação

CONSIDERAÇÕES

Podemos apreender que as políticas de Assistência Estudantil demonstram certa vulnerabilidade; a escassez dos recursos torna a situação preocupante. O PNAES é imprescindível para a entrada anual de 6 mil estudantes nas IFES, nos dois semestres de aproveitamento da nota do ENEM. Vimos que os recursos repassados pelo MEC para que as Instituições Federais desenvolvam suas políticas de assistência não têm

acompanhado o crescimento da demanda. Não é casual que as universidades federais do Rio de Janeiro venham estruturando muito superficialmente suas políticas de moradia e restaurante universitário. Outras políticas como auxílio creche não aparecem em 3 das IFES, apenas a UFF apresenta proposta de auxílio às estudantes mães, oferecem um auxílio também monetário para uma criança de 0 a 6 anos. Tal quadro torna-se ainda mais preocupante diante do contingenciamento de recursos que o MEC tem promovido nos dois últimos anos, o que demonstra a falta de compromisso real do governo federal com um programa que já nasce com problemas em seu paradigma, e isso pesa bastante ao se reivindicá-lo como instrumento de democratização da permanência dos estudantes.

A bolsificação da assistência estudantil como política apta a atender apenas uma parcela bem pequena do quantitativo total de estudantes que acessam a universidade é outra situação bastante delicada. Ainda que tenhamos realizado uma observação panorâmica sobre a estrutura das IFES no Rio, pudemos constatar que a presença dominante de tal bolsificação expressa os mesmos limites da assistencialização da seguridade promovidas pelo governo federal desde 2003, acentuando uma política de assistência estudantil compensatória e focalizada. Vimos também que no caso da UFRRJ esta bolsificação se compatibiliza com uma abordagem conservadora na atenção à saúde mental destinada aos alunos assistidos por meio de um atendimento clínico. Não é diferente o caso da UFRJ, no qual a atenção dispensada aos alunos que demandam atendimento em saúde mental é objeto de uma abordagem que parece sugerir uma atenção psi organicista declaradamente estigmatizadora e contraposta à perspectiva da reforma psiquiátrica – lei 10.216/2001.

Assim como no caso da seguridade social, se extingue a garantia da política de longo prazo, como a moradia estudantil, optando por transferência de recurso monetário ao estudante, o que alimenta o lucro do setor imobiliário. Podemos constatar também que são os alunos mais pauperizados, pertencentes à classe trabalhadora, que têm acessado a assistência estudantil focalizada e de caráter extremamente seletista, ou seja uma política pobre para os mais pobres. Esse é um traço do próprio programa.

Mas o panorama da assistência estudantil nas IFES do RJ é ainda pior, porque, junto com as debilidades do PNAES, a insuficiência de recursos públicos e o predomínio da bolsificação, as políticas vigentes de permanência na atualidade convivem com as marcas do passado. Na UFRRJ, por exemplo, se exige dos estudantes uma contrapartida nas duas modalidades que os inserem em uma espécie de treinamento para o trabalho. As bolsas BIA, na UniRio e PDAI, na UFRRJ são bolsas trabalho. No caso, essas contrapartidas tornam a assistência um não-direito, ou seja, uma espécie de dívida adquirida pelo estudante, a qual ele tem que pagar com trabalho. Tal dívida se configura ainda em uma restrição, ou mesmo empecilho, à plena dedicação ao estudo, à pesquisa ou à extensão para o estudante que a recebe. Ora, se para o aluno que trabalha as condições de se dedicar à vida acadêmica são mais adversas, ao estudante beneficiado por esta política de assistência que o condiciona a trabalhar as adversidades não são alteradas. Ao contrário, são reproduzidas pela própria política de permanência da universidade, que deveria ter a missão de resolvê-las ou atenuá-las. Vale lembrar ainda que o aluno que é público-alvo da assistência, provindo em sua maioria da classe trabalhadora, conhece o mundo do trabalho muito cedo. No Brasil, são cerca de 3 milhões de adolescentes entre 14 e 17 anos sofrendo exploração, segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD em 2014.

Desta forma associar a concessão destas bolsas trabalhos a um bom rendimento acadêmico confere mais como contenção do que acesso. A bolsa PDAI, que obriga o estudante a se dedicar 20 horas semanais ao treinamento técnico, precisa ser acompanhada por estudos que envolve a investigação do conteúdo universitário, pois trata-se de paradigma associado às demandas do mercado, como a própria SETEC/MEC anuncia em seu site e nesse ritmo o estudante pode ter sua perspectiva acadêmica reduzida, caso não participe de iniciação científica ou outras áreas do conhecimento. É importante que todos os estudantes tenham a oportunidade de conhecer a universidade, conhecer as diversas áreas do saber, gozar de uma formação mais plural e de conhecimentos interdisciplinares.

Atribuir à bolsa-trabalho o caráter de assistência estudantil nos soa estranho tal como o ambíguo termo “empresa estatal”, como podem as controversas se combinar tanto em documentos oficiais, em estratégias de serviço social, conceitos que se diluem. Uma lógica pautada no *ethos* da ordem do trabalho alienado, da obediência, da doutrina e não da emancipação, que um dia foi o papel da formação de ensino superior e para alguns ainda o é, nega a convivência dos espaços universitários, inclusive a formação no movimento social estudantil, os espaços da juventude. A universidade para este estudante torna-se carregada de tensionamentos para além da carga acadêmica, já tão pesada e difícil.

Com isso, vemos a precariedade da permanência se manifestando em “ações emergenciais e circunstanciais em que não se altera o perfil da desigualdade e se nega a dimensão redistributiva que deveria orientar a intervenção estatal no campo da assistência no campo da política assistencial” (Yazbek, 1999:51 – grifos nossos).

Por fim, no tocante à demanda principal do levantamento do Fonaprace, (a saúde mental) na UFRRJ o acompanhamento terapêutico de cunho clínico nos coloca a prática do assistente social como via de exemplo do que tem se reproduzido nos variados espaços e instâncias sócio-ocupacionais do profissional de serviço social. A terapêutica não faz parte das atribuições e competências do profissional de serviço social. Essas vertentes psicologizantes e estrutural-funcionalista não são capazes de garantir o sujeito inserido na sociedade em uma perspectiva que lhe possa conferir liberdade e autonomia. Descola o sujeito da totalidade, isolando suas demandas como se fossem únicas, individuais, o que não pode ser confundido com singularidade. De acordo com a resolução 569/2010, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) “não reconhece as diversas modalidades de terapias como competências e atribuições do/a assistente social e veda sua realização associada ao título de assistente social.” Deitar em pufes e ouvir uma música *lounge*, “buscar energias dos anjos” para curar a alma, nas salas azuis e recantos da paz podem ser alternativas para aliviar dores de cabeça, tensões físicas talvez, mas o cotidiano de estudantes que são inseridos na assistência estudantil demanda, pelo que apreendemos, atividades mais complexas da abordagem profissional em serviço social.

Já no caso da UFRJ, a situação é ainda mais grave. A instituição atribui aos profissionais da saúde mental uma prática que remonta às instituições totais, as quais

(...) funcionam como organizações racionais, conscientemente planejadas como máquinas eficientes para atingir determinadas finalidades oficialmente confessadas e aprovadas. [...] em resumo, cada perspectiva contém uma moralidade pessoal, e em cada instituição total podemos ver, em miniatura, o desenvolvimento e algo próximo de uma versão funcionalista da vida moral. A tradução do comportamento do internado para termos moralistas adequados à perspectiva oficial da instituição, necessariamente, conterà algumas pressuposições amplas quanto ao caráter dos seres humanos. Dados os internos que tem a seu cargo, e o processamento que a eles deve ser imposto,

a equipe dirigente tende a criar o que se poderia considerar uma teoria da natureza humana. [...] (Goffman, 2010: p. 82)

Essa perspectiva de detecção das “doenças mentais” trata de uma existência de interpretação da natureza humana típica daquela que prevaleceu nas chamadas instituições manicomiais produzindo dor e obediência nos corpos de seres humanos literalmente aprisionados nesses enclaves da loucura. O *folder* do seminário lembra nitidamente as práticas de instituições conhecidas pelas ações de tortura que o psiquiatra italiano Franco Basaglia, ao visitar o Brasil entre a década de 1970 e 1980, quando esteve na Colônia no Estado de Minas Gerais, chamou de “holocausto brasileiro”.

Dessa forma, vemos práticas que se repetem no seio de uma sociedade embebida pelo neoconversadorismo, neoliberalismo, de um Estado assistencialista, que privatiza, monetariza, flexibiliza, piora intensamente as condições de vida para aqueles mais vulneráveis. Seja na democratização à brasileira da educação superior e seus resquícios tecnocráticos da ditadura empresarial militar, sob a égide do trabalho alienado e a fragmentação do conhecimento, reproduzindo uma (CHAUÍ, 2003) universidade operacional, transfigurada, reestruturada (LEHER, 2008), encolhida, terciária, e que agora se vê surpresa como objeto de usufruto dos empresários do capital financeiro.

Nesse sentido, podemos afirmar que temos uma (NASCIMENTO 2013) “assistência estudantil consentida” favorável à retroalimentação da ordem do capital pactuando para o agravamento das expressões da “questão social” como no caso do indicativo de sofrimento psíquico dos estudantes. A cidadania no MPC tem o limite da necessidade de manter tudo como o capital precisa, muitos abaixo das condições reais

de emancipação. A redução da democracia é real, na vida dos estudantes que trabalham para receber uma bolsa estudantil num restaurante universitário. Desnecessário lembrar que em tempos de crise neoliberal se oferece péssimas condições nas políticas sociais com a falsa ideia de valores humanistas, solidários e cidadãos.

É imperioso que os mesmos sujeitos submetidos a essa razão, imponham urgentemente sua perspectiva de humanidade aos gananciosos e sanguinários projetos hegemônicos da educação vocacional, cujos alvos são os trabalhadores oriundos das camadas populares. Todavia, são os mesmos que vão se levantar, feroz e intolerantes, como mostraram em muitas ocupações de reitoria que vêm acontecendo desde 2012, sem muitas conquistas a contar com as estratégias de coletivos que derrubam e oprimem jovens em sua subjetividade do sonho universitário.

A universidade e o seu verdadeiro sentido de existir ainda resistem; portanto, a entrada dos povos negros, indígenas e movimentos sociais podem produzir mudanças, quem sabe transformações, em seu interior e extrapolar em valores que espraem na sociedade numa mesma pulsão que se pode apreender dentro desta mesma universidade. Através do ingresso destes, as IFES podem se abrir para pensar ainda mais sobre a produção de alimentos saudáveis, para nutrir, e não para vender agrotóxicos cancerígenos, como é o caso das engenharias e suas sementes transgênicas; pensar a educação para libertar dessa dinâmica exclusiva da venda da força de trabalho; pensar a saúde plena e envolvida nas mais diversas dimensões da vida, e não essa comemoração de recordes de hemodiálises e transplantes de fígado realizados. Uma educação para mobilizar a sociedade a pensar essa saúde mercantilizada no sistema de metas das OSs e Oscips; pensar e refletir nos mais

variados mecanismos de autonomia e liberdade que uma educação emancipadora pode resultar.

Apesar das condições sócio-históricas adversas e permanecermos sob a lógica da exploração e dominação, apenas um povo que vive em situação de condicionalidades extremas é capaz de desejar profundamente a transformação dessas relações. A luta entre as classes torna-se cada vez mais acirrada e a universidade pública é um lugar, na sociedade, de fortalecimento para projetar e buscar a superação de tudo o que aí está.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In.: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANTUNES, RICARDO. **As dimensões da crise no mundo do trabalho** In.: O Olho da História – Revista de História Contemporânea, Salvador – UFBA, 2002.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Capitalismo em crise, política social e direitos, Crise do Capital, fundo público e valor** p. 13-35 São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Brasil em contra-reforma desestruturação do Estado e perda de direitos** - 2ª edição - São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Política social no capitalismo tardio** – 5ª ed – São Paulo: Cortez, 2011.

BRAVO, Maria Inês e PEREIRA, Potyara (orgs.) **Política social e democracia** – Rio de Janeiro/UERJ, 2001.

BRAZ, Marcelo e RODRIGUES, Mavi. **Ensino em Serviço Social na era neoliberal (1990/2010): alguns avanços, muitos retrocessos e enormes desafios**. In Sociabilidade burguesa e serviço social – Rio de Janeiro, Lumen Juris, p. 255-281, 2013.

BRETTAS, Tatiana. Evilásio Salvador: (et al): **Financeirização, fundo público e política social, Dívida pública: uma varinha de condão sobre os recursos do fundo público** – São Paulo: Cortez, 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Reforma do ensino superior e autonomia universitária**. In Revista Serviço Social & Sociedade, ano XX, nº 61 – São Paulo: Cortez, 1999

_____. **A universidade hoje**. In. Revista Brasileira de Educação. Conferência aberta 26ª reunião anual da ANPED. Poços de Caldas, out. 2003.

CHESNAIS, François. **Mundialização: O capital financeiro no comando**. Revista Les Temps Modernes, nº 607, p. 02-22, 2000

_____. **Doze teses sobre a mundialização do capital**. In: O Brasil frente à ditadura do capital financeiro: reflexões e alternativas, – Porto Alegre: Univates, 2005.

CASTELO, Rodrigo. (ogr) Mota, Elizabete. **O Social-liberalismo brasileiro e a miséria ideológica da economia do bem-estar**. In: Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez: 2012

CASTELO, Rodrigo. **Trabalho e Seguridade Social: o neoconservadorismo nas políticas sociais**. In CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. Foz do Iguaçu CBAS. 2007, p. 153-173.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos** – São Paulo: Perspectiva, 2010.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel**– São Paulo: Boitempo, 1999.

HARVEY, David: **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

IMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social** – São Paulo. Cortez, 2007.

LAPYDA, Ilan: **Financeirização do capitalismo contemporâneo: uma discussão das teorias de François Chesnais e David Harvey**. São Paulo, 2011 - Dissertação de Mestrado.

LEHER, Roberto. **Universidade no Brasil e na América Latina: tensões e contradições entre o público e o privado**. In Reforma universitária: dimensões e perspectivas. Silva Junior, Mancebo (orgs). Campinas: Ed. Alinea. 2006

_____. **Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo**. In: Revista Outubro, São Paulo, nº 1. p. 19-30, 1999.

_____. **Aonde vai parar a educação pública brasileira?** In: Educação & Sociedade ano XXII, nº 77, dezembro/2001. p. 255-266.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e Alienação**. São Paulo: Cortez, 1991.

MOREIRA, Miriam. **A assistência estudantil no ensino superior: uma análise sobre as políticas de permanência das Instituições Federais Brasileiras**. Pelotas, 2012. Dissertação de Mestrado.

MOTA, Elizabete (org): **As tendências da política de Assistência Social, o Suas e a formação profissional**. In: O Mito da assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade – 2ª ed. rev. e ampl. – São Paulo: Cortez, 2008

_____. **O mito da Assistência Social: ensaios sobre o Estado, política e sociedade** – 2ª Ed. rev. e ampl – São Paulo: Cortez, 2008

MOTA, Elizabete: **Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico político ao serviço social brasileiro**. In: Desenvolvimentismo e construção de hegemonia, São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 1980 e 90** – São Paulo: Cortez, 1995.

MOTTA, Rodrigo P. Sá: **As Universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária** – 1 ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NASCIMENTO, Clara Martins: **Estudo autocrático burguês e política educacional no Brasil: contribuições ao debate e assistência estudantil nas IFES** In: Ser Social, Brasília, v. 14. nº 30. 2012.

_____. **A assistência estudantil consentida na contrarreforma universitária dos anos 2000**. In: Universidade e Sociedade, nº 53. 2013.

_____. **A assistência estudantil na contrarreforma universitária dos anos 2000**. Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, 2013. Dissertação e Mestrado.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica** – 4ª ed – São Paulo: Cortez, 2008

PERONI, Vera Maria e CAETANO, Maria Raquel. **Definições no papel do Estado: terceira via, novo desenvolvimentismo e as parecerias público-privadas na educação**. In: Revista FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 21 nº 38, p.57-67, jul/dez. 2012

SALVADOR, Evilásio: (org) **Fundo Público e Seguridade Social no Brasil, Orçamento e Financiamento Tributário do Fundo** – São Paulo: Cortez, 2010. p. 175-192

_____. **Fundo Público e Seguridade Social no Brasil, DRU: apropriação do fundo público da seguridade social para valorização do capital financeiro** – São Paulo: Cortez, 2010. p. 369-387.

_____. **Financeirização, fundo público e política social** – São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Vinícius Correia. **Da era fordista ao desemprego estrutural da força de trabalho: mudanças na organização da produção e do trabalho e seus reflexos**. Artigo submetido ao VI COLOQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS – TRABALHO E PRODUÇÃO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO, 2009.

SILVEIRA, Stefano e RATHMANN Régis. **Uma breve análise do PAC tendo como base a retrospectiva dos planos econômicos dos governos militares no Brasil entre 1964 e 1985.** In.: Revista Estante CEPE, Santa Cruz do Sul, nº 25. jan/jun 2007, p4-20.

PAULANI, Leda Maria e Pato Christy Ganzert. **Investimentos e servidão financeira: O Brasil do último quarto de século.** In.: Adeus ao desenvolvimentismo, PAULA, João Antonio (org). Ed. Autêntica, 2005.

YASBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos do serviço social na contemporaneidade.** In Revista Serviço Social & Sociedade , ano XX, nº 51 – São Paulo: Cortez, 1999.

SHIROMA, Oto e Evangelista, Olinda. **A nova pedagogia da hegemonia no Brasil. Entrevista com Lúcia Neves.** In Revista Perspectiva v.29 Florianópolis, nº 1 jan/jun. 2011 p.229-242.

SOUSA, Ana Inês e BARBOSA, Jorge (orgs.):**Estudantes das classes populares na universidade pública: da alegria do acesso à angústia da permanência.** In.: Condições de permanência de estudantes de origem popular no espaço acadêmico – Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Pró Reitoria de Extensão, 2010. Coleção Grandes Temas.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital.** São Paulo: Instituto Lukacks, 2012 ed. rev.

SITIOS CONSULTADOS

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES): Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1377182836Relatorio_do_perfi_dos_estudantes_nas_universidades_federais.pdf acesso: dez/2015

Auditoria Cidadã: Disponível em: <http://www.auditoriacidadada.org.br/numeros-da-divida/>

Censo da Educação Superior: dados do FIES, PROUNI e IFES.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC
Disponíveis em <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior> acesso: dez/2015

Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010: Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm acesso dez/2015

Decreto Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, 2007.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm acesso jan 2016

Fundo de Financiamento Estudantil – FIES Oficial

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=198&Itemid=303 acesso jan/2016

Indicadores de avaliação ENADE: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC

Disponível em:

<http://portal.inep.gov.br/educacao-superior/indicadores/indice-geral-de-cursos-igc> acesso jan/2016

Manual do ENADE: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC

Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/enade> acesso dez/2015

ENEM/SISU oficial: Ministério da Educação – MEC - Disponível

em: <http://sisu.mec.gov.br/inicial> acesso: dez/2015

Projeto de Lei 7200/2006_Casa Civil. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=327390> acesso dez/2015

PROUNI – representações gráficas: <http://prouniportal.mec.gov.br/dados-e-estatisticas/10-representacoes-graficas> acesso jan/2016

Relatório de Gestão UFRJ: Disponível em: www.superest.ufrj.br acesso: dez/2015

Relatório de Gestão UFF: Disponível em: <http://www.uff.br/sites/default/files/arquivos-orgaos-superiores/%5Bsite%3Aog-context--node%5D/relatorio-de-gestao-2006-2014.pdf> acesso jan/2016

Relatório UFRRJ: Disponível em:
<http://www.ufrj.br/portal/modulo/reitoria/index.php?view=decanatos> acesso dez/2015

Relatório de Gestão UniRio: Disponível em http://www.unirio.br/proplan/departamento-de-avaliacao-e-informacoes-institucionais/relatorios-de-gestao/RELATORIO_DE_GESTAO_2013.pdf acesso jan/2016

Resumos Técnicos INEP: <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/resumos-tecnicos> acesso jan/2016

Sistema de Avaliação da Educação Superior: SINAES

Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-sinaes> acesso jan/2016